

Sumário

Número de notícias: 39 | Número de veículos: 31

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO ESTADO DE GOIÁS - NOTÍCIAS
ANFIP

Orçamento de 2025: sem correção da tabela do IR, isenção pode deixar de abranger dois salários mínimos

..... 4

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receitas incertas para zerar deficit..... 5

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Preparem-se, concurseiros!..... 7

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Não está previsto reajuste da tabela de IR em 2025..... 9

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

TRF-1 cancela cobrança de IR que ficou parada na esfera administrativa..... 10

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita impede aplicação de tratado contra bitributação..... 12

ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - NOTÍCIAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Isenção do IR deixará de alcançar dois mínimos..... 14

A TARDE - SALVADOR - BA - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Taxação de compras até US\$ 50 renderá R\$ 700 mi..... 15

DIÁRIO DO GRANDE ABC - SANTO ANDRÉ - SP - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Orçamento de 2025 não prevê que tabela do IR seja reajustada..... 16

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Projeto inviabiliza isenção a quem ganha dois salários..... 18

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Agenda de cortes é avanço, diz secretário..... 19

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Analistas criticam receitas incertas para zerar o deficit no PLOA..... 20

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Como melhor administrar as contas de 2025 - RAUL VELLOSO..... 23

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Para zerar déficit, governo prevê R\$ 166,2 bilhões em receitas extras - MERCADO S/A
..... 24

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

"Orçamento do próximo ano não está muito realista" 26

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Orçamento engessado 28

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Projeto de Orçamento quase não tem folga para investimentos 30

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Teto do INSS pode superar 8 mil 32

FOLHA ONLINE - SP - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Prazo de prorrogação do auxílio-doença do INSS muda; veja regras 33

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Especialistas veem dificuldade de fechar as contas em 2025 com avanço das despesas
obrigatórias 35

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Análise: Orçamento de 2025 tem medidas paliativas e gera dúvidas sobre melhora sustentável
nas contas do país no longo prazo 37

PORTAL UOL
SEGURIDADE SOCIAL

Prazo de prorrogação do auxílio-doença do INSS muda; veja regras (Previdência) 38

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária e bioenergia 40

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária dará força à transição energética - MOVIMENTO ECONÔMICO 41

FOLHA ONLINE - SP
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária: Empresas estão em estágio inicial de avaliação de impactos, mostra
pesquisa (Reforma tributária) 42

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Arrecadação de impostos bate recorde no Brasil: R\$ 886 bilhões 44

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Para zerar deficit, governo prevê R\$ 166,2 bilhões em receitas extras - MERCADO S/A
..... 45

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Especialistas dizem o que muda com o bloqueio do X 47

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Secretário do Planejamento diz que desvinculações "virão no tempo certo" 50

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

PAC sente efeito de ajuste fiscal e aposta em setor privado 52

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Confiança cresce entre empresários, indica FGV 54

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
ECONOMIA

Concursos federais vão ter 53.599 vagas 55

BEM PARANÁ - CURITIBA - PR - BEM RAPIDINHO
ECONOMIA

Mercado eleva projeção do PIB e da inflação do ano de novo 57

CORREIO DA BAHIA - SALVADOR - BA - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo projeta salário mínimo de R\$1.509 para 2025 58

CORREIO DA BAHIA - SALVADOR - BA - ECONOMIA
ECONOMIA

Mercado financeiro eleva para 2,46% projeção de expansão da economia em 2024 59

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS
ECONOMIA

Galípolo pode ir à CAE no dia 10 60

JORNAL DO DIA - ARACAJU - SE - GERAL
ECONOMIA

Governo prevê salário mínimo de R\$ 1.509 em 2025, com aumento de 6,87% em relação ao atual 62

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS
ECONOMIA

Mercado eleva a estimativa de aumento do PIB nacional em 2024 63

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS
ECONOMIA

Fundos imobiliários obtêm bons resultados no mercado 64

Orçamento de 2025: sem correção da tabela do IR, isenção pode deixar de abranger dois salários mínimos

A proposta de Orçamento para o ano de 2025, enviada pelo governo ao Congresso Nacional na última sexta-feira (30), não contempla a correção da tabela do Imposto de Renda (IR) das pessoas físicas. Com isso, a faixa de isenção pode deixar de abranger quem ganha dois salários mínimos e passar a valer apenas para quem ganha menos que isso.

Neste ano, o governo baixou uma medida provisória (já aprovada pelo Congresso) estabelecendo que quem ganha até R\$ 2.824 por mês, o equivalente a dois salários mínimos, não paga mais Imposto de Renda. Para possibilitar isso, o governo deu um desconto automático de R\$ 528.

Até 2022, o limite de isenção estava em R\$ 1.903,98, valor que subiu para R\$ 2.640 em maio do ano passado.

O tributo é recolhido na fonte, ou seja, descontado do salário. Posteriormente, o contribuinte pode ter parte do valor restituído, ou pagar mais IR, por meio de sua declaração anual de ajuste.

O secretário da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, informou que, caso o governo decida manter a isenção em dois salários mínimos em 2025, será necessário uma medida que compense a perda de arrecadação decorrente disso.

Isso porque o salário mínimo vai aumentar no ano que vem, também segundo o Orçamento. Logo, o somatório de dois mínimos, em 2025, vai ser maior que os atuais R\$ 2.824. Se a isenção subir também, será preciso compensar o que será perdido em imposto.

Tirando a faixa de isenção, a tabela do IR não é corrigida desde 2015, o que obriga um número maior de brasileiros a pagar o imposto mensalmente. Em 2024, 42,4 milhões de pessoas entregaram a declaração do IR.

Cálculos da **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Unafisco)** apontam que a defasagem, até junho deste ano, para quem ganha até dois salários mínimos é de 124,18%.

E que, para as demais faixas, o valor é maior: de 166,01%.

Lula defende isenção de IR para quem ganha até R\$ 5 mil

Durante a campanha ao Planalto, em 2022, o então candidato Luiz Inácio Lula da Silva (PT) prometeu isentar do Imposto de Renda aos que ganham até R\$ 5 mil por mês .

"Eu defendi durante a campanha e vamos tentar colocar em prática, na proposta de **reforma tributária**, que até R\$ 5 mil a pessoa não pague Imposto de Renda. Não é possível que a gente não faça", afirmou à época.

Fonte: G1

Site:

<https://www.bancariosgo.org.br/noticias/noticias/orcamento-de-2025-sem-correcao-da-tabela-do-ir-isencao-pode-deixar-de-abranger-dois-salarios-minimos/>

Receitas incertas para zerar deficit

ROSANA HESSEL

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, vai hoje ao Congresso para entregar, oficialmente, o Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) de 2025 ao presidente Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Protocolado na noite de sexta-feira, para cumprir o prazo regulamentar, o Ploa foi detalhado, ontem, por técnicos da equipe econômica a jornalistas.

Na avaliação de especialistas, o governo terá bastante dificuldade para cumprir a meta fiscal do próximo ano, que prevê deficit primário zerado, algo improvável na conjuntura atual. " Ploa veio com cenários irrealistas para a receita e para a despesa. A dependência de receitas incertas combinada com a pressão dos gastos obrigatórios redundam em um deficit primário que, no próprio Ploa, já parte de R\$ 40,4 bilhões. O grande desafio do governo será entregar um resultado minimamente melhor, em 2025, em relação a 2024", alertou o especialista em contas públicas Felipe Salto, economista-chefe da Warren Investimentos.

Pelos cálculos dele, existem "R\$ 168,3 bilhões de receitas incertas" no orçamento que podem comprometer a meta fiscal.

Entre elas, ele cita a previsão de arrecadação com projeto de lei que aumenta das alíquotas da Contribuição sobre Lucro Líquido (CSLL) e do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRFF) sobre o pagamento de Juros sobre Capital Próprio (JCP), estimado em torno de R\$ 21 bilhões neste ano, e que ainda precisa ser aprovado pelo Congresso.

Outro exemplo são os R\$ 26 bilhões de receitas com reoneração da folha, caso não haja medida compensatória. Outra receita que pode não se concretizar totalmente são os R\$ 28,6 bilhões previstos com a volta do voto de qualidade do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**.

Por outro lado, medidas de redução de gastos ainda são tímidas, como a previsão de economia com a revisão de despesas em R\$ 25,9 bilhões no próximo ano.

O economista Manoel Pires, coordenador do Centro de Política Fiscal e Orçamento Público do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre), mostrou preocupação com o fato de haver muita receita extraordinária. "Isso faz com que fique

sempre uma dúvida quanto à exequibilidade do Orçamento, um roteiro parecido com o deste ano", afirmou.

Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados, engrossou o coro na avaliação de que 2025 será outro ano difícil para o governo brasileiro conseguir cumprir a meta fiscal. "Há uma superestimação de receita, em que pese ser mais realista do que foi o Ploa de 2024", destacou. Ele lembrou como 2025 vai ser um ano de crescimento menor do **PIB** e ainda pode ter o impacto da recessão dos Estados Unidos, "vai ser ainda um grande desafio atingir a meta".

O Orçamento do próximo ano tem um total de R\$ 5,87 trilhões em despesas, das quais, R\$ 2,77 trilhões em gastos financeiros, R\$ 2,93 trilhões em despesas primárias e R\$ 166,6 bilhões em investimentos de estatais federais.

O teto de despesas primárias sujeitas ao limite de crescimento previsto no novo arcabouço fiscal, de R\$ 2,249 trilhões, de acordo com o secretário do Orçamento Federal, Clayton Montes, apresentou um crescimento de R\$ 143,9 bilhões em relação ao limite de 2024. E a maior parte desse montante, segundo ele, de R\$ 71,1 bilhões, foi devido ao aumento das despesas como benefícios previdenciários, em grande parte "devido ao reajuste do salário mínimo e do crescimento vegetativo da base". Não à toa, o ministério com maior despesa orçamentária no próximo ano será o da **Previdência Social**, de R\$ 1,03 trilhão. Na sequência, estão os ministérios da Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS); da Saúde; da Educação e da Defesa.

Conforme os dados do Ploa, a receita líquida foi estimada em R\$ 2,349 trilhões e as despesas primárias, em R\$ 2,389 trilhões, resultando em um deficit primário de R\$ 40,4 bilhões. Esse valor estouraria o limite inferior da meta fiscal. Como há descontos de uma parte dos gastos previstos com precatórios (dívidas judiciais da União), de R\$ 44,1 bilhões, restou, nas projeções, um superavit primário (economia para o pagamento dos juros da dívida pública) de R\$ 3,7 bilhões.

Vale lembrar que, no início do ano, o governo reduziu a meta de 2025, que era de um superavit primário (economia para o pagamento dos juros da dívida pública) de 0,5% do Produto Interno Bruto (**PIB**), para um deficit zero com limite inferior de até 0,25% do **PIB**,

ou seja de R\$ 29 bilhões, mesma meta deste ano.

Outro problema do Ploa apontado pelos analistas foram os parâmetros macroeconômicos mais otimistas, superestimando a arrecadação, como é o caso da estimativa de crescimento do **PIB**, de 2,64% no Ploa. No boletim Focus, do Banco Central, a mediana das estimativas dos analistas para o **PIB** de 2025 está em 1,85%.

O mercado financeiro seguiu operando com desconfiança sobre a capacidade do governo conseguir equilibrar as contas como prometido e na expectativa da próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), nos dias 17 e 18 deste mês. A Bolsa de Valores de São Paulo (B3) fechou o dia no vermelho, com queda de 0,81%, a 134.906 pontos. O dólar abriu o dia em alta, mas encerrou o pregão cotado a R\$ 5,614, com queda de 0,36% em relação ao fechamento de sexta-feira.

-

Concurso: 63 mil vagas

O Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) de 2025 prevê R\$ 2,1 bilhões para a realização de concursos, de acordo com o secretário de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento e Orçamento, Clayton Montes. Conforme as estimativas da previsão do anexo V do Ploa de 2025, ao todo, estão previstas mais de 63 mil vagas em concursos para os órgãos dos Três Poderes, sendo 57.814 para provimento e 5.952, para a criação, em 2025.

Desse total de vagas, no Poder Executivo seriam 53.599 cargos para provimento e 4.670 para criação, de acordo com informações obtidas pelo Correio. Uma parte dessas vagas serão para **Receita Federal** e Polícia Rodoviária Federal (PRF), a fim de aumentar o contingente em áreas de fronteira.

No Judiciário, ao todo, seriam 4.673 vagas, sendo 3.524 para provimento e 1.149 para criação.

No Legislativo, 416 vagas só para provimento. Na Defensoria Pública da União (DPU), 134 vagas, sendo 43 para provimento e 91 para criação. E, finalmente, no Ministério Público da União (MPU), outras 274 vagas, sendo 232 para provimento e 42 para criação.

Procurado, o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) não confirmou, porém, qual será o número exato de vagas para novos concursos abertos em 2025. Segundo a pasta, "tudo vai depender das autorizações". O MGI informou que as 53,6 mil vagas citadas no Ploa de 2025 "referem-se ao total do Executivo Federal, incluindo fixação de

efetivo militar e das polícias civil/ militar custeadas pelo fundo constitucional

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6369/03-09-2024.html?all=1>

Preparem-se, concurseiros!

O Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) de 2025 autoriza a contratação de 57.814 pessoas para o setor público no próximo ano.

Desse total, 53.599 correspondem ao Poder Executivo, dos quais 46.882 comporão o banco de professores para as universidades e institutos técnicos federais. O restante (6.717 vagas) irá para as demais categorias, incluindo militares efetivos.

Em relação aos outros Poderes, o Orçamento prevê a contratação de 3.524 pessoas no Judiciário, 416 no Legislativo Federal, 232 no Ministério Público Federal e no Conselho Nacional do Ministério Público e 43 na Defensoria Pública da União, tratada como um Poder à parte nas rubricas orçamentárias.

Enviada ao Congresso na última sexta-feira (30), a proposta do Orçamento de 2025 reserva R\$ 2 bilhões para a realização de novos concursos.

Apesar das autorizações, o secretário de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento e Orçamento, Clayton Luiz Montes, esclareceu que não estão definidos os concursos nem os cargos a serem ofertados no próximo ano.

"Assim como a ministra Esther [Dweck] adiantou, existe sim a previsão de novos concursos para 2025.

Tem previsão para isso no Orçamento.

Não temos agora a abertura de quais concursos, para quem, mas existe a dotação orçamentária reservada para tais concursos. O Ministério da Gestão e Inovação distribuiu uma nota que informa haver uma reserva em torno de R\$ 2 bilhões para abertura de novos concursos", declarou Montes em entrevista coletiva para detalhar o projeto do Orçamento do ano que vem.

Em agosto de 2024, o governo federal realizou a primeira edição do Concurso Nacional Unificado (CNU), que ofereceu 6.640 vagas em 21 ministérios, agências e autarquias federais. No total, 970.037 pessoas fizeram a prova de um total de 2.114.145 inscritos, com abstenção de 54,12% dos candidatos.

Em entrevista recente ao programa "Bom Dia, Ministro", a ministra da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, disse que o governo estuda a realização de uma segunda edição do CNU em 2025. Segundo ela, a decisão depende do balanço

da primeira edição do CNU e de previsão orçamentária para as provas.

Tabela do IR

A proposta do governo para o Orçamento de 2025 deixou de fora a correção da faixa de isenção da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) e do programa Bolsa Família. O secretário da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, informou que será preciso arrumar depois uma nova medida de compensação, caso o governo decida manter o limite de isenção em dois salários mínimos.

O Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) foi enviado ao Congresso na última sexta-feira (30), mas os detalhes do texto foram divulgados somente ontem pelos ministérios do Planejamento e Orçamento e da Fazenda.

Em 2024, o presidente Lula fez um aumento da faixa de isenção da cobrança do IRPF. A pessoa física com remuneração mensal de até R\$ 2.824,00 mensal (dois salários mínimos) está isenta de pagar o imposto neste ano. Em 2023, o governo promoveu a primeira elevação da faixa de isenção, após oito anos de congelamento da tabela. O valor da faixa de isenção, no entanto, segue distante da promessa de campanha do presidente Lula de elevar a isenção para quem ganha até R\$ 5 mil.

A equipe econômica quer tratar o tema da cobrança do IRPF na primeira etapa da reforma da renda, que deverá ser enviada ao Congresso até o final do ano. A falta de atualização da tabela faz com que os brasileiros paguem cada vez mais Imposto de Renda, retirando dinheiro das famílias.

O governo também não projetou reajuste do valor do benefício do Bolsa Família. Foram direcionados, no PLOA, R\$ 167,19 bilhões para o funcionamento do programa no ano que vem. O valor representa uma queda de R\$ 2,3 bilhões em relação à dotação de R\$ 169,47 bilhões prevista no PLOA deste ano.

Em relação ao 3º relatório bimestral de receitas e despesas, encaminhado ao Congresso no último dia 22 de julho, a queda da verba para o programa no ano que vem será de R\$ 1,4 bilhão.

A **Previdência Social** terá um aumento de R\$ 71,1 bilhões em 2025 e puxará a alta de R\$ 132,2 bilhões das despesas obrigatórias no Orçamento do ano que

vem. O Orçamento também prevê crescimento de R\$ 36,5 bilhões em despesas com pessoal e encargos sociais; R\$ 11,3 bilhões em gastos obrigatórios com controle de fluxo; R\$ 6,6 bilhões com Benefício de Prestação Continuada (BPC), pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda; e mais R\$ 6,5 bilhões em abono e seguro-desemprego.

Os pisos de Saúde e Educação, previstos na Constituição, crescem de forma mais acelerada do que o restante das despesas e, juntos, vão ter um aumento de R\$ 18,8 bilhões no próximo ano.

Seguindo as regras do arcabouço fiscal, a elevação do limite de despesas será de R\$ 143,9 bilhões no Orçamento de 2025. Os números também constam no detalhamento do PLOA.

Participaram da apresentação do detalhamento do Projeto de Lei Orçamentária Dario Durigan, secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Gustavo Guimarães, secretário-executivo do Ministério do Planejamento e Orçamento, Clayton Montes, secretário de Orçamento, Robinson Barreirinhas, secretário da **Receita Federal**, e Rogério Ceron, secretário do Tesouro Nacional.

Segundo Guimarães, o compromisso fiscal do governo está refletido na peça orçamentária. "Estamos trabalhando para reduzir o risco fiscal e aumentar a credibilidade da política fiscal. Vamos usar todos os instrumentos para atingir a meta", disse.

Durigan ressaltou que o Orçamento "não é um ponto fora da curva" e que o governo mantém a linha estratégica adotada até agora pelo governo.

O crescimento das despesas obrigatórias, sobretudo dos benefícios da **Previdência Social**, tem pressionado as contas públicas, espremendo as despesas discricionárias (de investimento e custeio da máquina administrativa) e colocam em xeque o arcabouço, a nova regra fiscal aprovada no governo Lula. A pressão da alta das despesas obrigatórias elevou a percepção de risco dos investidores sobre o futuro das contas públicas sem que reformas estruturais sejam feitas.

(Da Agência Brasil e Folhapress).

SAIBA MAIS

» O governo projeta um crescimento das despesas obrigatórias para R\$ 2,02 trilhões, enquanto os gastos discricionários sobem de R\$ 200,4 bilhões (última previsão disponível) para R\$ 227,6 bilhões. Desse valor, R\$ 176,4 bilhões estão livres de fato para o governo cortar, se for necessário, para cumprir o teto

de gastos e a meta fiscal. No grupo das despesas discricionárias estão as emendas parlamentares.

» Na proposta entregue ao Congresso, o governo prevê receita extra de R\$ 166 bilhões para fechar o Orçamento com o déficit zero estabelecido como meta fiscal para o ano que vem. Do total, a equipe econômica conta com R\$ 46,7 bilhões de medidas de incremento da arrecadação condicionadas à aprovação do Congresso até o fim do ano. Do lado dos gastos, o governo previu um corte de R\$ 25,9 bilhões em despesas obrigatórias, a ser alcançado por meio da revisão de benefícios sociais.

Site:

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/?edicao=18011>

Não está previsto reajuste da tabela de IR em 2025

(Thaís Barcellos e Bernardo Lima)

A proposta orçamentária de 2025 não incluiu reajuste na tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF). Não há previsão de aumento da faixa de isenção. Atualmente, estão dispensadas de IR as pessoas que ganham até dois salários mínimos, o equivalente a R\$ 2.824 - a renda de até R\$2.259,20 está isenta e há um desconto simplificado R\$ 564,80. Para atualizar a faixa de isenção, o governo costuma enviar um projeto de lei separado ao Congresso.

-Não está previsto no Orçamento. Mantendo a faixa de isenção de dois salários mínimos, será preciso medida compensatória - disse o secretário de **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas.

A promessa de campanha do presidente Lula, no entanto, é isentar do pagamento do tributo quem ganha até R\$ 5 mil.

Atualmente, a renda de R\$ 2.259 a R\$ 2.826 é tributada em 7,5%. Depois, até R\$ 3.751, a alíquota é de 15%. Na faixa até R\$ 4.664, o imposto cobrado é de 22,5%. A partir desse valor, a alíquota é de 27,5%. A última atualização da tabela foi em 2015.

"BEM CONSERVADORES"

Ainda sobre o Orçamento, o Ministério da Fazenda informou ontem que a "taxa das blusinhas", prevista no programa "Remessa Conforme", vai gerar uma arrecadação de R\$ 700 milhões este ano. O secretário executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, confirmou a informação durante a apresentação do Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) de 2025.

Até então, a **Receita Federal** não havia divulgado um número oficial sobre a receita com a taxa, aprovada este ano.

- O Remessa Conforme já foi aprovado, não tem esforço legislativo, mas vai permitir R\$ 700 milhões a mais neste ano, que podem entrar nessa conta - afirmou Durigan.

A arrecadação com o programa foi incluída no quadro de medidas adotadas pela equipe econômica em 2023 "para o Brasil retomar o caminho de equilíbrio fiscal".

Segundo Barreirinhas, no entanto, ainda não é possível estimar quanto em receita a "taxa das blusinhas" deve gerar ao governo no ano que vem: - Estamos bem conservadores na projeção do ano que vem, exatamente porque não temos histórico. O mês de agosto foi o primeiro da arrecadação. A partir do resultado de agosto, nós podemos ter algum elemento, mais provavelmente daqui a uns dois ou três meses para termos um histórico razoável.

Em junho deste ano o Congresso aprovou a "taxa das blusinhas", que prevê aplicação do Imposto de Importação de 20% nas compras de até US\$ 50 (cerca de R\$ 282) feitas em plataformas on-line, que há um ano estavam isentas. A cobrança teve início em agosto. Acima dos US\$ 50, o imposto é de 60%. Para qualquer valor, há incidência de ICMS, de 17%.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

TRF-1 cancela cobrança de IR que ficou parada na esfera administrativa

Marcela Villar De São Paulo

A 8ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) acatou o recurso da Vertical Equipamentos, empresa baiana do ramo de transporte e movimentação de cargas, e anulou uma cobrança de R\$ 3,7 milhões de Imposto de Renda (IRPJ) e CSLL. O motivo da anulação é raro em casos tributários: foi aplicada a chamada prescrição intercorrente, tese que era considerada perdida pelos contribuintes.

Como o processo ficou parado por mais cinco anos - desde a impugnação até ser julgado pela Delegacia da **Receita Federal** de Julgamento (DRJ), a primeira instância da esfera administrativa - o crédito, de acordo com os desembargadores, não poderia mais ser exigido pela Fazenda. Foi a primeira decisão sobre o assunto no TRF-1.

Segundo advogados, o precedente é forte para buscar a anulação de ações sem movimentação no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** por esse mesmo prazo, além de milhares de processos fiscais nas esferas municipal e estadual. Dados públicos do Ministério da Fazenda mostram que das 489 mil ações no estoque do **Carf**, mais de 304 mil, o equivalente a 62%, ainda estão em fase de preparação e triagem desde 2020. Mais de duas centenas delas são da década de 1990. Não é possível, porém, saber quantas ficaram sem qualquer tipo de movimento processual ou diligência, o que poderia ensejar a aplicação da prescrição intercorrente.

A fundamentação da relatora, a juíza federal convocada Rosimayre Gonçalves de Carvalho, se baseia no prazo de decadência de cinco anos adotado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em uma ação julgada em repercussão geral para ressarcimento de danos à Fazenda Pública (Tema 666). Rosimayre também cita a Constituição Federal, que prevê a duração razoável dos processos judiciais e administrativos. E que o Superior Tribunal de Justiça (STJ), em recurso repetitivo, determinou o período de um ano como prazo máximo para a administração analisar pedidos dos contribuintes em ações fiscais (REsp 1138206).

Ela reconhece que não há no ordenamento jurídico prazo para o Fisco dar uma decisão em um processo, mas diz ser possível a aplicação, por analogia, "na

hipótese de inexistir disposição expressa", conforme o Código Tributário Nacional (CTN). Por isso, ela aplicou a prescrição intercorrente administrativa, de cinco anos, na ação tributária.

"Seria um contrassenso admitir prazo para os processos administrativos em geral, e inexistir qualquer prazo para o processo administrativo fiscal, que ocorreria, inclusive, à revelia da Constituição Federal", diz ela, no acórdão.

A magistrada ainda afirma ter verificado "a inércia da administração fazendária em promover o andamento do processo administrativo". Essa situação, acrescenta, "impõe o reconhecimento da prescrição intercorrente administrativa, em atenção aos princípios constitucionais da eficiência, segurança jurídica, razoável duração do processo, oficialidade e legalidade administrativa".

Só houve um voto contrário, da desembargadora Maura Moraes Tayer. Ela argumenta que a Lei nº 9.873/1999, na qual foi estabelecido o prazo de prescrição na esfera administrativa, não é aplicável aos procedimentos de natureza tributária. E que as normas específicas que regem o processo administrativo fiscal - Decreto nº 70.235/1972 e a Lei nº 11.457/2007 - não prevêm o reconhecimento da prescrição intercorrente. A criação dessa regra para créditos tributários seria matéria de lei complementar, como decidiram os tribunais superiores (RE 559943).

A turma reformou a sentença dada pela 13ª Vara da Seção Judiciária da Bahia. No recurso, a Vertical pedia a prescrição por conta de o processo ter ficado paralisado entre abril de 2013 e setembro de 2019. No mérito, pediu para que a atividade da empresa não fosse enquadrada como locação de bens, mas transporte de cargas. Esse argumento também foi acatado (processo nº 1004497-68.2020.4.01.3300).

De acordo com o tributarista André Melo, sócio do Cescon Barriou, a prescrição intercorrente de três anos, prevista na Lei nº 9.873/1999, já é aplicada por tribunais, mas para processos administrativos no geral, como multas do Ibama, e não para os fiscais. E também se aceita, acrescenta, a previsão de 360 dias da Lei nº 11.457/2007. "Se houver pelo menos 360 dias de inércia, se interrompe a mora", diz.

Na visão de Melo, a decisão do TRF-1 é um "posicionamento isolado", pois a jurisprudência é majoritariamente desfavorável aos contribuintes. "Para processos administrativos federais, não se tem acatado sob o argumento de que não tem na lei um marco como na lei geral e não há norma específica para a suspensão da exigibilidade do crédito", afirma.

A maior parte da morosidade processual, contudo, não é exatamente no **Carf**, mas nas delegacias da **Receita Federal**, como no caso julgado pelo TRF-1. "Às vezes o processo vai para o **Carf**, mas, por algum motivo, tem que voltar para a instância preparatória para pedir nova perícia ou ter uma análise documental mais acurada. Aí pode ter uma demora", diz Melo.

Para Maurício Faro, sócio do BMA Advogados, a discussão é antiga, mas não emplacava. O acórdão, afirma, pode servir de precedente para todos os processos tributários do Brasil, não só no **Carf**. "Se isso emplaca, esse racional se aplica em todos os processos, municipais e estaduais. Se ficou mais de cinco anos parado de maneira injustificada, a prescrição é reconhecida." O tributarista Lício Bastos Silva Neto, sócio do Santos Neto Boa Sorte (SNBS) Advogados Associados, que defendeu a Vertical no caso, diz sempre usar o argumento nos processos, mas esse foi o primeiro com decisão favorável. "Desde a emenda constitucional que acrescentou no artigo 5º da Constituição, começamos a alegar que seria possível aplicar o prazo de cinco anos. A gente levou essa tese para tentar a analogia".

Neto diz, porém, que é preciso haver "desídia" da parte da Receita para configurar a prescrição intercorrente. "Para consumir a prescrição, é o prazo aliado à falta de impulsionar o processo pela Fazenda Pública. Nesse caso, impugnamos e ela simplesmente deixou o processo parado por seis anos", explica. "Não é uma tese que pode aplicar em qualquer caso, tem que ter uma omissão da Fazenda em dar prosseguimento", completa.

A tributarista Maysa Pittondo, sócia do CPMG Advocacia e ex-conselheira do **Carf**, também diz que na doutrina, muitos defendem a tese, mas, no Judiciário, a esperança estava perdida. "Não tem muita discussão sobre isso, porque é algo que há muitos anos foi sedimentado por conta da previsão da Lei nº 9.783. Mas essa decisão traz novos ares." Ela adverte, porém, que não sabe se a decisão se sustentará no STJ e STF. "O que foi deficiente na fundamentação é o porquê ela entendeu por não aplicar a Lei nº 9.783. Ela não enfrentou isso, ultrapassou essa previsão legal, porque isso poderia ser afastado pelo CTN", afirma Maysa, citando a fundamentação da relatora.

Procurados pelo Valor, a **Receita Federal** e o **Carf** não deram retorno até o fechamento da edição. Em nota, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) diz que já recorreu da decisão e entende "pela inaplicabilidade do instituto da prescrição intercorrente na esfera administrativa fiscal, por ausência de previsão legal, na linha do que já decidido pelo STJ".

"No Judiciário, a esperança estava perdida. Mas a decisão traz novos ares" Maysa Pittondo

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187974>

Receita impede aplicação de tratado contra bitributação

Arthur Rosa De São Paulo

A **Receita Federal** decidiu que os acordos contra a bitributação assinados pelo Brasil não valem para as micro e pequenas empresas no Simples Nacional. O entendimento está em duas soluções de consulta editadas recentemente pela Coordenação-Geral de Tributação (Cosit), que deve ser seguido pelos auditores fiscais de todo o país.

Nas respostas, a Receita levou em consideração a hierarquia de leis. Como os acordos foram internalizados por meio de leis ordinárias, afirma a Cosit, seus dispositivos não prevaleceriam sobre a lei complementar do Simples Nacional (nº 123, de 2006).

"Logo, a opção por esse regime é incompatível com a utilização de qualquer benefício ou tratamento fiscal diferenciado, ou mais favorecido neles previsto, salvo se houver previsão expressa na lei complementar", diz a **Receita Federal** nas soluções de consulta nº 219 e nº 220, que abordam, respectivamente, tratados firmados com o Chile e o Peru.

De acordo com as respostas, se uma receita de exportação de serviços for tributada no Peru ou no Chile, não é possível fazer o abatimento do Simples Nacional, a título de dupla tributação. "Desse modo, uma eventual retenção de imposto [peruano ou chileno] não é passível de dedução no PGDÁS-D [Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional - Declaratório], restituição ou compensação com imposto apurado na forma do Simples Nacional", afirma a Receita.

Para o órgão, essa vedação não significa uma violação a direitos do optante porque a adesão ao Simples Nacional é facultativa. "Esse regime tributário oferece aos contribuintes o direito de escolher se fazem ou não uma troca compensatória entre suas vantagens e desvantagens. Todas públicas e notórias", diz o órgão, acrescentando que a micro ou pequena empresa pode "desistir de fazer a opção ou pedir a exclusão". "Em outras palavras, cabe ao contribuinte ponderar os bônus e ônus do Simples Nacional para decidir se quer ser optante e arcar com as consequências jurídicas dessa decisão." Com o entendimento, segundo advogados tributaristas, micro e pequenas empresas exportadoras optantes do Simples Nacional podem ser bitributadas em virtude

da impossibilidade de aplicação dos acordos, dada a prevalência da lei complementar que regulamenta o regime.

"A Receita impõe um novo custo às pequenas empresas exportadoras. Deverão considerar o acúmulo da carga tributária caso suas receitas decorrentes da exportação sejam gravadas no exterior", diz o advogado Guilherme Galdino, do escritório Lacaz Martins, Pereira Neto, Gurevich Schoueri, acrescentando que, em razão desse entendimento, essas companhias devem levar em consideração os efeitos da bitributação na tomada de decisão sobre a adoção de regime tributário.

No seu entendimento, além de problemas econômicos e políticos, a posição da Receita nas soluções de consulta não possui respaldo jurídico. "Empresas optantes pelo Simples Nacional fazem jus, sim, aos benefícios dos acordos para evitar a dupla tributação negociados pelo Brasil", afirma ele. "O Brasil não possui poder de tributar, seja mediante lei complementar, seja mediante lei ordinária." Raphael Lavez, do escritório Lavez Coutinho Advogados, considera que o caminho é a judicialização porque ao final as soluções de consulta violam os tratados firmados pelo Brasil. "A **Receita Federal** descumpra um compromisso internacional assumido pelo Brasil", diz o advogado. "O tratado limita a aplicação da lei brasileira." De acordo com Lavez, há julgado do Supremo Tribunal Federal (STF) que derruba o argumento da Receita sobre hierarquia de leis. Trata-se da discussão sobre prisão de depositário infiel (RE466343). Os ministros, em repercussão geral, consideraram ilegal a medida, embora autorizada pelo artigo 5º, inciso LXVII, da Constituição Federal.

Entenderam que deveria prevalecer o Pacto de São José da Costa Rica, tratado internacional sobre direitos humanos, que só admite a possibilidade de prisão civil do devedor de alimentos - e, conseqüentemente, impediria a prisão do depositário infiel.

"Um acordo [contra a bitributação] é uma limitação autoimposta à soberania tributária do Brasil e que confere direitos ao contribuinte. Antes de ser contribuinte, o empresário é um cidadão", afirma Lavez.

"O caminho é a judicialização. As soluções de consulta violam os tratados" Raphael Lavez

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187974>

Isenção do IR deixará de alcançar dois mínimos

O projeto de lei orçamentária de 2025 (PLOA), enviado pelo governo federal ao Congresso na última semana, não prevê a correção da tabela do Imposto de Renda (IR) de acordo com o novo salário mínimo previsto. Sem isso, na prática, a isenção ficará abaixo de dois salários mínimos.

Este ano, o governo elevou a isenção de IR para dois salários mínimos, o equivalente a R\$ 2.824. Como o orçamento de 2025 aumentou o valor do mínimo de R\$ 1.412 para R\$ 1.509, o governo precisava subir a isenção, portanto, para R\$ 3.018, o que não ocorreu na peça orçamentária.

Desde maio, quando o texto foi sancionado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, há alíquota zero de IR para rendimentos mensais até R\$ 2.259. Mas, na prática, o valor sobe para R\$ 2.824, porque há um desconto simplificado de 25% sobre o valor do limite da isenção, o que corresponde a um extra de R\$ 564,80. Com isso, a isenção alcança a soma de dois salários mínimos.

Segundo o secretário da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, o governo ainda precisa fazer o cálculo de impacto da correção, para só então fazer a atualização, e definir quais serão as medidas compensatórias.

- Sobre a tabela do IR, temos agora o dado, havia uma previsão, sim, para o ano que vem, mas não para esse montante. Vamos calcular o impacto, em algum momento a atualização da tabela do IR pode demandar atualização de outras faixas dessa tabela, isso vai demandar medida compensatória, sim - afirmou.

O salário mínimo ganhou nova política no atual governo, indexado à expansão do **PIB** de dois anos antes, mais a **inflação** do ano passado. Para 2025, a previsão é a de que o valor suba para R\$ 1.509, alta nominal de 6,87%. O aumento da isenção do IR é uma das principais promessas de Lula no campo econômico, que defende o benefício até a faixa de R\$ 5 mil. -

Site: <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?numero=20240903&edicao=30367>

Taxação de compras até US\$ 50 renderá R\$ 700 mi

WELLTON MÁXIMO

Em vigor desde agosto, a taxa para as compras pela internet de produtos de até US\$ 50 deverá arrecadar R\$ 700 milhões este ano. O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, confirmou a estimativa em entrevista coletiva para detalhar a proposta do Orçamento de 2025.

"O Remessa Conforme já foi aprovado. Não tem esforço legislativo, mas vai permitir cerca de R\$ 700 milhões a mais neste ano que pode entrar nesta conta", disse Durigan. O secretário acrescentou que esse número foi usado pelo Senado para aprovar o pacote de medidas que compensam a desoneração da folha de pagamento para 17 setores da economia e para pequenos municípios.

Para 2025, o secretário da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, disse que o governo ainda não tem uma estimativa. Segundo ele, o governo aguarda o desempenho do Programa Remessa Conforme nos próximos meses para fazer um cálculo mais preciso para o próximo ano.

"Estamos bem conservadores na projeção do ano que vem, exatamente porque não temos histórico. O mês de agosto foi o primeiro de arrecadação. A partir do resultado de agosto, podemos ter algum elemento, mas provavelmente daqui a uns dois ou três meses para termos um histórico razoável", justificou Barreirinhas.

Alíquota de 20%

Em junho deste ano, o Congresso aprovou a alíquota de 20% nas compras de produtos importados de até US\$ 50 em sites que aderiram ao Programa Remessa Conforme. Os produtos com valores entre US\$ 50,01 e US\$ 3 mil terão taxa de 60%, com uma dedução fixa de US\$ 20 no valor total do imposto. Para as compras nos sites que não fazem parte do Remessa Conforme, o Imposto de Importação corresponde a 60%, caso seja comprovada transação comercial.

Após um ano de isenção, a cobrança de Imposto de Importação para as compras de até US\$ 50 foi retomada em agosto. Além da taxa de importação, as compras em sites do exterior pagam, desde julho do

ano passado, 17% de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), imposto arrecadado pelos estados.

Site:

https://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab_28F1C7E147E77BC662A4A15B0EFE4A39F6473985B629EF8A328F635887075779263BFF6D70F8066C6BE3B2E1C38D7A77977AA405225505B504DCFE28DBF0525188B891F13EE875FBE644DE912F44939B9F37D56921FD947E3D9E02B453B86547048DA264B867BDAC31A7053646A11E8946CBDAB075648D405209

Orçamento de 2025 não prevê que tabela do IR seja reajustada

A continuidade da isenção de IRRF (Imposto de Renda Pessoa Física) para quem ganha até dois salários mínimos exigirá compensações, como corte de gastos ou aumento de outros **tributos**. O projeto de lei do Orçamento de 2025, enviado ao Congresso Nacional na sexta-feira, não prevê o reajuste na tabela.

"Não está previsto no Orçamento.

Mantendo a faixa de isenção de dois salários mínimos, será preciso medida compensatória para isso", disse o secretário da **Receita Federal**, Robison Barreirinhas, em entrevista coletiva para detalhar a proposta orçamentária.

Atualmente, não pagam IRPF os trabalhadores com carteira assinada que ganham até dois salários mínimos (R\$ 2.824 em valores atuais). Oficialmente, o limite máximo da alíquota zero está fixado em R\$ 2.259,20. No entanto, para garantir a isenção para a faixa de dois salários mínimos, há um desconto simplificado de R\$ 564,80 da renda sobre a qual deveria incidir o imposto. Esse desconto corresponde à diferença entre os dois valores: limite de isenção e dois salários mínimos.

Esse desconto simplificado é opcional. Para quem tem direito a deduções maiores pela legislação atual, como dependentes, pensão alimentícia, gastos com educação e saúde, nada muda.

A faixa de R\$ 2.259,21 a R\$ 2.826,65 é tributada em 7,5%. De R\$ 2.826,66 até R\$ 3.751,05, a tributação corresponde a 15%. Entre R\$ 3.751,06 até R\$ 4.664,68, o imposto cobrado é de 22,5%.

Acima de R\$ 4.664,68, a alíquota é de 27,5%.

CONTRATAÇÕES

O projeto de lei do Orçamento de 2025 autoriza a contratação de 57.814 pessoas para o setor público no próximo ano. Desse total, 53.599 correspondem ao Poder Executivo, dos quais 46.882 comporão o banco de professores para as universidades e institutos técnicos federais. O restante (6.717 vagas) irá para as demais categorias, incluindo militares efetivos. (da ABr)

Site:

https://digital.maven.com.br/pub/dgabc/?key=ab_0F803D25DD0F9C3EE45074716D87BA9DF07543E418418F825B6DDFDA5BFEEB995A644AAB0E0E009B5255A4DA2D57AD844C06311ED2E7224F5A6DECE37B528A31BDF83D8AA0085EACC450E75D27096CB521184498C3B5B8068C7FC74352771CD86835C6088B6DA20E4EA191CED4D5C41F77E4E36C0B708788CB0C1520DE1A0

Projeto inviabiliza isenção a quem ganha dois salários

O Projeto de Lei Orçamentária de 2025 (PLOA), enviado pelo governo federal ao Congresso na última semana, não prevê a correção da tabela do Imposto de Renda (IR) de acordo com o novo salário mínimo previsto.

promessas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no campo econômico, que defende o benefício até a faixa de R\$ 5 mil.

Site: <https://www.assinante.oliberal.com/jornaldigital>

Sem isso, na prática, a isenção ficará abaixo de dois salários mínimos.

Este ano, o governo elevou a isenção de IR para dois salários mínimos, o equivalente a R\$ 2.824.

Como o Orçamento de 2025 aumentou o valor do mínimo de R\$ 1.412 para R\$ 1.509, o governo precisava subir a isenção, portanto, para R\$ 3.018, o que não ocorreu na peça orçamentária.

Desde maio, quando o texto foi sancionado pelo presidente Lula, há alíquota zero de IR para rendimentos mensais até R\$ 2.259.

Mas, na prática, o valor sobe para R\$ 2.824, porque há um desconto simplificado de 25% sobre o valor do limite da isenção, o que corresponde a um extra de R\$ 564,80. Com isso, a isenção alcança a soma de dois salários mínimos.

Segundo o secretário da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, o governo ainda precisa fazer o cálculo de impacto da correção, para só então fazer a atualização, e definir quais serão as medidas compensatórias.

"Sobre a tabela do IR, temos agora o dado, havia uma previsão, sim, para o ano que vem, mas não para esse montante. Vamos calcular o impacto, em algum momento a atualização da tabela do IR pode demandar atualização de outras faixas dessa tabela, isso vai demandar medida compensatória, sim", afirmou.

INDEXAÇÃO

O salário mínimo ganhou uma nova política no governo Lula, indexado ao crescimento do **PIB** de dois anos antes, mais a **inflação** do ano passado. Para 2025, a previsão é a de que o valor suba para R\$ 1.509, uma alta nominal de 6,87%.

O aumento da isenção do IR é uma das principais

Agenda de cortes é avanço, diz secretário

Secretário executivo do Ministério do Planejamento e Orçamento, Gustavo Guimarães questionou as críticas de que o Orçamento utiliza bases otimistas para o crescimento e a **inflação**, em comparação com os números projetados pelo mercado financeiro.

Segundo ele, o governo precisa ter como referência os números do último relatório bimestral de receitas e despesas, enquanto economistas de bancos e consultorias têm mais liberdade para alterar os seus modelos, de acordo com os números do Boletim Focus (do Banco Central), por exemplo.

Ele entende que o Orçamento de 2025 tem um avanço ao propor uma agenda de cortes obrigatórios de R\$ 25,9 bilhões - que, segundo ele, é apenas o ponto de partida.

"Um agente de mercado pode simplesmente pegar o Focus hoje e atualizar todos os números.

Em uma peça do Orçamento, isso não cabe. Essas divergências que se viam no Orçamento, acredito que estão menores no PLOA 2025. Um exemplo são as críticas que falam que revisão de gastos poderia ser maior. Como a gente colocou, os R\$ 26 bilhões é o mínimo que vai ser feito", disse.

Não há consenso dentro do governo sobre a desindexação de despesas.

Uma alternativa seria desvincular parte dos benefícios previdenciários e assistenciais do reajuste do salário mínimo. Em maio, a ministra do Planejamento, Simone Tebet, disse que entregaria ao presidente Lula uma proposta sobre o tema. Na ocasião, ela afirmou que não iria "desvalorizar" as políticas do governo, mas que era preciso encontrar uma saída para garantir todos os pagamentos da União.

Um dia depois, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que não via "muito espaço" para a discussão. Na ocasião, Haddad disse que "a Previdência tem um custo e nós temos de buscar as fontes de financiamento para honrar os compromissos assumidos pelo País, o Congresso Nacional, o Executivo e assim por diante".

CORREÇÃO O projeto de Orçamento de 2025 não prevê a atualização da correção da tabela do Imposto de Renda de acordo com o novo salário mínimo previsto. Sem isso, na prática, a isenção ficará abaixo de dois salários mínimos.

Neste ano, o governo elevou a isenção de IR para dois salários mínimos, o equivalente a R\$ 2.824. Como o novo Orçamento aumentou o valor do mínimo de R\$ 1.412 para R\$ 1.509, o governo precisava subir a isenção, portanto, para R\$ 3.018 - o que não ocorreu no projeto apresentado ao Congresso.

Desde maio, quando foi sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a alíquota de IR é zero para rendimentos de até R\$ 2.259. Mas, na prática, o valor sobe para R\$ 2.824 porque há um desconto simplificado de 25% sobre o valor do limite da isenção - o que corresponde a um extra de R\$ 564,80.

Com isso, a isenção alcança a soma de dois salários mínimos.

Segundo o secretário da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, o governo ainda precisa fazer o cálculo de impacto da correção, para, só então, fazer a atualização.

GÁS Dario Durigan admitiu ontem que a pasta tem "alguma preocupação" com a nova versão do programa Auxílio Gás, que subsidia a compra de botijão a famílias de baixa renda. "Estamos à disposição para dialogar e corrigir eventuais erros", disse o número 2 da equipe econômica na coletiva de imprensa sobre o Orçamento de 2025.

Como mostrou o Estadão, a engenharia financeira criada pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para financiar o novo Auxílio Gás turbinado foi recebida com preocupação por especialistas em contas públicas. A avaliação é a de que se trata de um potencial dribble do governo no arcabouço fiscal. No Orçamento de 2025, o governo reduziu em 84% o valor destinado ao programa: de R\$ 3,5 bilhões para R\$ 600 milhões.

A redução ocorre mesmo com a previsão de aumento no número de famílias atendidas: de 5,5 milhões para 6 milhões.

Questionado se essa redução já refletia a adoção da nova forma de financiamento, criticada por especialistas, Durigan afirmou que "entende que sim".

Site: <https://www.assinante.oliberal.com/jornaldigital>

Analistas criticam receitas incertas para zerar o deficit no PLOA

Rosana Hessel

+

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, vai, nesta terça-feira (3), ao Congresso para entregar, oficialmente, o Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) de 2025 ao presidente Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Protocolado na noite de sexta-feira, para cumprir o prazo regulamentar, o Ploa foi detalhado, ontem, por técnicos da equipe econômica a jornalistas.

Na avaliação de especialistas, o governo terá bastante dificuldade para cumprir a meta fiscal do próximo ano, que prevê deficit primário zerado, algo improvável na conjuntura atual. "Ploa veio com cenários irrealistas para a receita e para a despesa. A dependência de receitas incertas combinada com a pressão dos gastos obrigatórios redundam em um deficit primário que, no próprio Ploa, já parte de R\$ 40,4 bilhões. O grande desafio do governo será entregar um resultado minimamente melhor, em 2025, em relação a 2024", alertou o especialista em contas públicas Felipe Salto, economista-chefe da Warren Investimentos.

Pelos cálculos dele, existem "R\$ 168,3 bilhões de receitas incertas" no Orçamento que podem comprometer a meta fiscal. Entre elas, ele cita a previsão de arrecadação com projeto de lei que aumenta das alíquotas da Contribuição sobre Lucro Líquido (CSLL) e do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRFF) sobre o pagamento de Juros sobre Capital Próprio (JCP), estimado em torno de R\$ 21 bilhões neste ano, e que ainda precisa ser aprovado pelo Congresso.

Outro exemplo são os R\$ 26 bilhões de receitas com reoneração da folha, caso não haja medida compensatória. Outra receita que pode não se concretizar totalmente são os R\$ 28,6 bilhões previstos com a volta do voto de qualidade do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**.

O economista Manoel Pires, coordenador do Centro de Política Fiscal e Orçamento Público do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), mostrou preocupação com o fato de haver muita receita extraordinária. "Isso faz com que fique sempre uma dúvida quanto à exequibilidade do Orçamento, um roteiro parecido com o deste ano", afirmou.

Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados, engrossou o coro na avaliação de que 2025 será outro ano difícil para o governo brasileiro conseguir cumprir a meta fiscal. "Há uma superestimação de receita, em que pese ser mais realista do que foi o Ploa de 2024", destacou. Ele lembrou como 2025 vai ser um ano de crescimento menor do **PIB** e ainda pode ter o impacto da recessão dos Estados Unidos, "vai ser ainda um grande desafio atingir a meta".

O Orçamento do próximo ano tem um total de R\$ 5,87 trilhões em despesas, das quais, R\$ 2,77 trilhões em gastos financeiros, R\$ 2,93 trilhões em despesas primárias e R\$ 166,6 bilhões em investimentos de estatais federais. O teto de despesas primárias sujeitas ao limite de crescimento previsto no novo arcabouço fiscal, de R\$ 2,249 trilhões, de acordo com o secretário do Orçamento Federal, Clayton Montes, apresentou um crescimento de R\$ 143,9 bilhões em relação ao limite de 2024. E a maior parte desse montante, segundo ele, de R\$ 71,1 bilhões, foi devido ao aumento das despesas como benefícios previdenciários, em grande parte "devido ao reajuste do salário mínimo e do crescimento vegetativo da base".

Não à toa, o ministério com maior despesa orçamentária no próximo ano será o da **Previdência Social**, de R\$ 1,03 trilhão. Na sequência, estão os ministérios da Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS); da Saúde; da Educação e da Defesa.

Conforme os dados do Ploa, a receita líquida foi estimada em R\$ 2,349 trilhões e as despesas primárias, em R\$ 2,389 trilhões, resultando em um deficit primário de R\$ 40,4 bilhões. Esse valor estouraria o limite inferior da meta fiscal. Como há descontos de uma parte dos gastos previstos com precatórios (dívidas judiciais da União), de R\$ 44,1 bilhões, restou, nas projeções, um superavit primário (economia para o pagamento dos juros da dívida pública) de R\$ 3,7 bilhões. Vale lembrar que, no início do ano, o governo reduziu a meta de 2025, que era de um superavit primário (economia para o pagamento dos juros da dívida pública) de 0,5% do Produto Interno Bruto (**PIB**), para um deficit zero com limite inferior de até 0,25% do **PIB**, ou seja de R\$ 29 bilhões, mesma meta deste ano.

Outro problema do Ploa apontado pelos analistas foram os parâmetros macroeconômicos mais otimistas, superestimando a arrecadação, como é o caso da estimativa de crescimento do **PIB**, de 2,64% no Ploa. No boletim Focus, do Banco Central, a mediana das estimativas dos analistas para o **PIB** de 2025 está em 1,85%.

O mercado financeiro seguiu operando com desconfiança sobre a capacidade do governo conseguir equilibrar as contas como prometido e na expectativa da próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), nos dias 17 e 18 deste mês. A Bolsa de Valores de São Paulo (B3) fechou o dia no vermelho, com queda de 0,81%, a 134.906 pontos. O dólar abriu o dia em alta, mas encerrou o pregão cotado a R\$ 5,614, com queda de 0,36% em relação ao fechamento de sexta-feira.

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, vai, nesta terça-feira (3), ao Congresso para entregar, oficialmente, o Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) de 2025 ao presidente Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Protocolado na noite de sexta-feira, para cumprir o prazo regulamentar, o Ploa foi detalhado, ontem, por técnicos da equipe econômica a jornalistas.

Na avaliação de especialistas, o governo terá bastante dificuldade para cumprir a meta fiscal do próximo ano, que prevê deficit primário zerado, algo improvável na conjuntura atual. "Ploa veio com cenários irrealistas para a receita e para a despesa. A dependência de receitas incertas combinada com a pressão dos gastos obrigatórios redundam em um deficit primário que, no próprio Ploa, já parte de R\$ 40,4 bilhões. O grande desafio do governo será entregar um resultado minimamente melhor, em 2025, em relação a 2024", alertou o especialista em contas públicas Felipe Salto, economista-chefe da Warren Investimentos.

Pelos cálculos dele, existem "R\$ 168,3 bilhões de receitas incertas" no Orçamento que podem comprometer a meta fiscal. Entre elas, ele cita a previsão de arrecadação com projeto de lei que aumenta das alíquotas da Contribuição sobre Lucro Líquido (CSLL) e do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRFF) sobre o pagamento de Juros sobre Capital Próprio (JCP), estimado em torno de R\$ 21 bilhões neste ano, e que ainda precisa ser aprovado pelo Congresso.

Outro exemplo são os R\$ 26 bilhões de receitas com reoneração da folha, caso não haja medida compensatória. Outra receita que pode não se concretizar totalmente são os R\$ 28,6 bilhões previstos com a volta do voto de qualidade do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

(Carf).

O economista Manoel Pires, coordenador do Centro de Política Fiscal e Orçamento Público do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), mostrou preocupação com o fato de haver muita receita extraordinária. "Isso faz com que fique sempre uma dúvida quanto à exequibilidade do Orçamento, um roteiro parecido com o deste ano", afirmou.

Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados, engrossou o coro na avaliação de que 2025 será outro ano difícil para o governo brasileiro conseguir cumprir a meta fiscal. "Há uma superestimação de receita, em que pese ser mais realista do que foi o Ploa de 2024", destacou. Ele lembrou como 2025 vai ser um ano de crescimento menor do **PIB** e ainda pode ter o impacto da recessão dos Estados Unidos, "vai ser ainda um grande desafio atingir a meta".

O Orçamento do próximo ano tem um total de R\$ 5,87 trilhões em despesas, das quais, R\$ 2,77 trilhões em gastos financeiros, R\$ 2,93 trilhões em despesas primárias e R\$ 166,6 bilhões em investimentos de estatais federais. O teto de despesas primárias sujeitas ao limite de crescimento previsto no novo arcabouço fiscal, de R\$ 2,249 trilhões, de acordo com o secretário do Orçamento Federal, Clayton Montes, apresentou um crescimento de R\$ 143,9 bilhões em relação ao limite de 2024. E a maior parte desse montante, segundo ele, de R\$ 71,1 bilhões, foi devido ao aumento das despesas como benefícios previdenciários, em grande parte "devido ao reajuste do salário mínimo e do crescimento vegetativo da base".

Não à toa, o ministério com maior despesa orçamentária no próximo ano será o da **Previdência Social**, de R\$ 1,03 trilhão. Na sequência, estão os ministérios da Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS); da Saúde; da Educação e da Defesa.

Conforme os dados do Ploa, a receita líquida foi estimada em R\$ 2,349 trilhões e as despesas primárias, em R\$ 2,389 trilhões, resultando em um deficit primário de R\$ 40,4 bilhões. Esse valor estouraria o limite inferior da meta fiscal. Como há descontos de uma parte dos gastos previstos com precatórios (dívidas judiciais da União), de R\$ 44,1 bilhões, restou, nas projeções, um superavit primário (economia para o pagamento dos juros da dívida pública) de R\$ 3,7 bilhões. Vale lembrar que, no início do ano, o governo reduziu a meta de 2025, que era de um superavit primário (economia para o pagamento dos juros da dívida pública) de 0,5% do Produto Interno Bruto (**PIB**), para um deficit zero com limite

inferior de até 0,25% do **PIB**, ou seja de R\$ 29 bilhões, mesma meta deste ano.

Outro problema do Ploa apontado pelos analistas foram os parâmetros macroeconômicos mais otimistas, superestimando a arrecadação, como é o caso da estimativa de crescimento do **PIB**, de 2,64% no Ploa. No boletim Focus, do Banco Central, a mediana das estimativas dos analistas para o **PIB** de 2025 está em 1,85%.

O mercado financeiro seguiu operando com desconfiança sobre a capacidade do governo conseguir equilibrar as contas como prometido e na expectativa da próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), nos dias 17 e 18 deste mês. A Bolsa de Valores de São Paulo (B3) fechou o dia no vermelho, com queda de 0,81%, a 134.906 pontos. O dólar abriu o dia em alta, mas encerrou o pregão cotado a R\$ 5,614, com queda de 0,36% em relação ao fechamento de sexta-feira.

Site:

<https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2024/09/6933551-analistas-criticam-receitas-incertas-para-zerar-o-deficit-no-ploa.html>

Como melhor administrar as contas de 2025

- RAUL VELLOSO

RAUL VELLOSO

Diante de tanta discussão sobre o conteúdo do orçamento da União no ano que vem nos últimos dias, a pergunta que mais tem sido feita passou a ser como o governo melhor administrará as combalidas contas projetadas para 2025. Volto, de certa forma, ao que já havia dito em minha coluna de 20/08, que, basicamente, é preciso ter um diagnóstico correto na mão sobre a difícil situação das contas da União. Sem ele ficará difícil adotar as soluções de que o país realmente necessita.

Na verdade, esse diagnóstico tem muito a ver com a evolução do gasto previdenciário, que, na União, vem crescendo bastante desde 1987, ou seja, um ano antes da edição da carta constitucional em vigor. De 1987 para 2021, esse gasto passou de 19 para nada menos do que 52% do total, um salto de 33 pontos percentuais em nada menos do que 34 anos, algo chocante. E, depois disso, tivemos aumentos ainda muito expressivos nos anos que se seguiram.

E como Lula já disse que não mexerá no percentual de indexação que existe para a evolução do salário mínimo, algo que pesa bastante na definição daquele gasto, por que, então, o gasto voltou a crescer tanto, e o que deve ser feito para enfrentar esse problema de difícil solução?

Trazendo o raciocínio para mais recentemente, e incluindo precatórios, o gasto real do sistema **INSS** subiu 8,3% quando se compara o fechamento de 2023 com o de 2022. Sem os precatórios, isto é, limpa e seca, a subida teria sido de 4,7% reais quando se compara janeiro-a-julho-de-2024 com janeiro-a-julho-de-2023. Vale dizer: muito alta!

Nesses termos, o alto comprometimento do orçamento federal com previdência há muito vem se acentuando, e cada vez mais se acentua. Daí a dificuldade cada vez maior de a União direcionar recursos para o investimento em infraestrutura. Tal parcela teria desabado de 16% em 1987 para apenas 2,2% do gasto total em 2021, em que pese sua importância para o desenvolvimento do país, conforme já salientei neste espaço.

Nesse mesmo contexto, tem ganho bastante destaque a subida do peso dos gastos com o auxílio-doença,

que integram o grupo previdenciário, e que acabam de bater um recorde ao crescerem 74,8% em termos reais, entre setembro de 2023 e junho de 2024, e onde, além do mais, se registra uma muito baixa eficácia no controle de fraudes.

Em outro segmento em que se registra uma igualmente baixa efetividade no controle de fraudes, e em que sua situação vai ficando mais e mais parecida com a da previdência, pois seu peso no gasto total teria subido de 9,1 para 16,4% entre 1987 e 2021, é o do BPC-Benefício de Prestação Continuada, parte central do segmento assistência social, onde o crescimento real do gasto de um dos seus componentes básicos teria se situado em 9,4% (BPC idoso) e, no outro caso, 15,2% (BPC deficientes).

Entre os itens tradicionalmente de peso que se mantêm ganhando porções ainda expressivas do bolo orçamentário se situam educação e saúde, o primeiro tendo aumentado de 2,6 para 6,5% do total entre 1987 e 2021, e o segundo, de 8 para 10,1% nesse mesmo interregno.

Nessas condições, cabe considerar um reexame criterioso das várias participações desses importantes segmentos nos últimos anos, sem deixar de combater fraudes e outras práticas indesejáveis que têm estado presentes na gestão de tão importantes matérias.

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

Para zerar déficit, governo prevê R\$ 166,2 bilhões em receitas extras - MERCADO S/A

AMAURI SEGALLA

O Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), apresentado ontem em detalhes pela equipe econômica, não deixa margem a dúvidas: o governo terá de suar a camisa para zerar o déficit em 2025. A conta, de fato, é salgada. Para chegar lá, serão necessários R\$ 166,2 bilhões em receitas extras. De onde virá o dinheiro? Entre outras iniciativas, o governo prevê aumento de **impostos**, acordos judiciais relativos a dívidas tributárias, corte de benefícios e reoneração integral da folha de pagamentos a partir do ano que vem. Do lado de corte de despesas, as metas, como sempre, são bem mais modestas, totalizando R\$ 25,9 bilhões. Nesse caso, a ideia é rever gastos do **INSS** e cortar benefícios do Bolsa Família, para citar apenas algumas medidas. Um dado que chama a atenção diz respeito às despesas obrigatórias do governo federal, que vão subir R\$ 132,2 bilhões.

Isso explica por que é difícil fechar a conta.

NOS EUA, HOME OFFICE SERÁ MOTIVO PARA DEMISSÃO

Algumas empresas decidiram declarar guerra contra o home office. O banco americano Goldman Sachs vai demitir 1,3 mil funcionários como parte de seu processo de corte de custos. Detalhe: a frequência ao escritório será determinante para a definição dos que acabarão dispensados. Não se trata de um caso único. Recentemente, a empresa de computadores Dell informou que só serão promovidos aqueles que abrirem mão da atividade remota. No Brasil, muitos profissionais sofrem o mesmo tipo de pressão.

JBS USA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PARA REDUZIR ACIDENTES DE TRÂNSITO

A inteligência artificial avança em várias áreas de negócios. O sistema de IA implementado pela TRS, transportadora da JBS, em sua frota de caminhões é capaz de identificar fatores de risco e evitar acidentes de trânsito. Ao detectar sinais como fadiga do motorista ou uso de celular ao volante, o programa emite uma mensagem de alerta dentro da cabine e, na sequência, aciona a central de monitoramento. Desde a implementação da ferramenta, em 2022, os alertas evitaram mil potenciais acidentes.

VERO APOSTA AS SUAS FICHAS NAS CAPITALS BRASILEIRAS

A Vero, empresa de telecomunicações com presença em nove estados brasileiros e 1,3 milhão de clientes, vai expandir os negócios para Belo Horizonte e Goiânia. Antes focada em cidades de pequeno e médio porte, principalmente no interior, a empresa agora está de olho nas capitais brasileiras. Com investimento inicial de R\$ 10 milhões, a empresa terá duas lojas próprias ainda neste ano, uma em cada cidade, e deverá gerar 500 empregos diretos e indiretos nos dois municípios.

*

"Oportunidades de negócios são como ônibus, sempre há outra vindo"

Richard Branson, Empresário britânico que é dono de um conglomerado formado por 400 empresas de diversos setores

*

R\$ 700 milhões é quanto o governo federal deverá arrecadar em 2024 com a "taxa das blusinhas", como ficou conhecido o imposto sobre compras internacionais de até 50 dólares. O valor está no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA)

*

RAPIDINHAS

A gigante francesa Lactalis, dona de marcas como Parmalat, Itambé, Batavo e Prèsident, vai investir R\$ 100 milhões para ampliar suas operações no Rio Grande do Sul. De acordo com a empresa, os aportes serão divididos entre as cinco plantas gaúchas pertencentes à companhia. Na última década, a Lactalis investiu aproximadamente R\$ 7 bilhões no Brasil.

Uma nova pesquisa realizada pela Thomson Reuters constatou que 66% dos profissionais fiscais e tributários acham que suas empresas devem aumentar os investimentos em tecnologia nos próximos dois anos para facilitar a transição para o novo regime

tributário no Brasil. A tecnologia otimiza tempo, reduz custos e garante conformidade durante a transição tributária.

A Porto Seguro ampliou o portfólio de serviços oferecidos aos seus segurados no segmento de automóveis. Entre eles, constam reparos em adegas residenciais, ajustes em móveis e consertos de equipamentos de ar-condicionado, além da possibilidade de o segurado acessar o serviço de reparos do lar mesmo em residências de terceiros.

Errata: ao contrário do que a Coluna publicou no último 30 de agosto, apenas o maior supercomputador, entre os cinco novos que a Petrobras está comprando, tem a capacidade de processamento de 10 milhões de celulares e 200 mil notebooks.

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

"Orçamento do próximo ano não está muito realista"

BIANCA LIMA BRASÍLIA

ENTREVISTA: Vilma da Conceição Pinto, Com mestrado em Economia e Finanças pela FGV, foi assessora econômica na Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná

A diretora da Instituição Fiscal Independente (IFI), Vilma da Conceição Pinto, avalia que o Orçamento de 2025 "não está muito realista" e alerta para problemas na execução da peça orçamentária ao longo do próximo ano. O projeto de lei, com mais de 3 mil páginas de projeções de receitas e despesas públicas, foi entregue pelo governo ao Congresso na sexta-feira passada.

Na longa lista de pontos de atenção, a economista destaca projeções para Produto Interno Bruto (**PIB**) e **inflação** mais otimistas do que as do mercado, criando um cenário fiscal mais confortável para a equipe econômica, além de incertezas geradas pelo alto volume de receitas extraordinárias e por despesas subestimadas na **Previdência Social**.

"O cálculo do limite de despesa e do resultado primário (meta de déficit zero) foi feito exatamente para cumprir as regras fiscais; então, qualquer desvio nesses parâmetros macroeconômicos vai gerar problemas durante a execução do Orçamento", afirma ela, em entrevista ao Estadão.

Segundo ela, essa conjunção de fatores deve gerar a necessidade de novos bloqueios e contingenciamentos de gastos ao longo do próximo ano, assim como tem ocorrido neste ano.

Em julho, o governo anunciou o congelamento de R\$ 15 bilhões em despesas para cumprir a meta de déficit zero, que será mantida em 2025, e o limite de gastos estabelecido pelo arcabouço.

Vilma também lembra que R\$ 245 bilhões em gastos correntes estão condicionados à aprovação, pelo Congresso Nacional, do descumprimento da chamada regra de ouro. Essa regra impede que o governo se endivide para pagar despesas do dia a dia. Nesse valor, estão incluídos, por exemplo, R\$ 40,7 bilhões do Bolsa Família e R\$ 180,7 bilhões da **Previdência Social**. A seguir, os principais trechos da entrevista ao Estadão.

Qual a avaliação da sra. sobre o Orçamento de 2025 entregue pelo governo?

Acho que não está muito realista.

Os parâmetros macroeconômicos estão superestimados, com um **PIB** maior e uma **inflação** menor do que a mediana do mercado. Isso gera um alívio para o governo tanto do ponto de vista de despesa (que fica menor do que se fossem usados os parâmetros do mercado) quanto de receita (que fica maior). O cálculo do limite de despesa e do resultado primário foi feito exatamente para cumprir as regras fiscais; então, qualquer desvio nesses parâmetros macroeconômicos vai gerar problemas durante a execução do Orçamento.

Quais problemas?

Pode gerar a necessidade de bloqueios, para cumprir o teto de gastos, ou de contingenciamento, para cumprir a meta (de déficit zero). Além disso, você tem uma série de receitas condicionadas e extraordinárias para auxiliar no cumprimento da meta. Então, não é uma meta que você consegue alcançar somente com os números estruturais do Orçamento.

Se nada for feito do ponto de vista estrutural, pelo lado da despesa, é possível que a gente discuta de novo receitas e medidas extraordinárias em 2026.

As projeções de receitas e despesas são factíveis?

O número da IFI para a **Previdência Social** está R\$ 23 bilhões acima do valor projetado pelo governo. Quando a gente olha para a despesa geral, aí até que está em linha com a nossa projeção, porque o nosso cenário de discricionárias (despesas não obrigatórias) é menor do que o estimado pela equipe econômica. Mas a principal diferença está na receita líquida: o nosso cenário está R\$ 55 bilhões abaixo do projetado no PLOA 2025.

O governo está prevendo R\$ 166 bilhões em receitas extras no próximo ano, mas depende do Congresso e de negociações entre empresas e o Fisco para alcançar essa cifra...

Esses dois aspectos (negociações com Congresso e

Fisco) representam riscos de magnitudes parecidas para a realização dessas receitas. A questão da judicialização (as negociações entre governo e contribuintes nas esferas administrativa e judicial) é um ponto importante de atenção. É necessário ver até qual instância cabe recurso e por quanto tempo as empresas podem adiar o pagamento.

A entrada desses valores também depende das decisões, se serão favoráveis ou não à União. Ou seja, são várias questões que acabam tornando esse cenário (de arrecadação extraordinária) mais incerto. E tem outro ponto de atenção que eu acho que não está sendo bem explorado, que é a regra de ouro, que está condicionando uma série de gastos obrigatórios importantes.

Poderia explicar melhor a questão da regra de ouro?

O objetivo dessa regra é muito bom: determina que o governo só pode se endividar se for para investir. Ou seja, não pode pegar empréstimo para pagar despesa corrente, como aposentadoria, por exemplo. Num contexto familiar, seria o mesmo que evitar que a família fizesse financiamentos para pagar aluguel ou a compra de mês no supermercado. Só seria possível pegar empréstimos para investir em um imóvel ou curso.

Esse é o espírito da regra.

Só que, como estamos em um cenário de déficit (gastando mais do que arrecadando) há vários anos, os governos começaram a pedir recorrentemente o aval do Congresso para descumprir essa regra.

Quais gastos estão condicionados a esse aval do Congresso?

São R\$ 245 bilhões condicionados (à aprovação do descumprimento da regra de ouro). Nesse valor, tem R\$ 40,7 bilhões de Bolsa Família; R\$ 180,7 bilhões de **Previdência Social**; R\$ 2,2 bilhões do Fundo Nacional de Assistência Social; R\$ 17,7 bilhões de pagamento de sentenças judiciais; e R\$ 3,8 bilhões de encargos previdenciários.

Ou seja, não é um Orçamento fácil. Ele está com uma série de condicionantes, assim como a gente viu no Orçamento deste ano, e isso traz incertezas em relação à execução dessa peça ao longo de 2025.

"O Orçamento está com uma série de condicionantes, assim como a gente viu no Orçamento deste ano, e isso traz incertezas em relação à execução dessa peça ao longo de 2025"

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Orçamento engessado

**THAÍS BARCELLOS, BERNARDO LIMA E DIMITRIUS
DANTAS *economia@oglobo.com.br* BRASÍLIA**

Mesmo com o crescimento de 2,5% das despesas públicas em 2025 acima da **inflação**, o governo praticamente não terá qualquer folga para acomodar novas ações ou investimentos: o espaço extra será quase todo consumido por gastos obrigatórios. Os dados constam no detalhamento da proposta orçamentária do ano que vem, apresentado ontem pela equipe econômica. Os números mostram ainda espaço para concursos, reajustes de servidores, além de cortes em áreas como o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

Aprovado em 2023, o arcabouço fiscal terá em 2025 seu segundo ano de vigência. Ele permite que as despesas cresçam acima da **inflação**. No ano que vem, esse limite global de gastos do governo vai aumentar R\$ 143,9 bilhões. Mas destes, R\$ 132,2 bilhões vão cobrir o crescimento de gastos obrigatórios. Só R\$ 11,7 bilhões foram para a elevação de despesas discricionárias (gastos livres do governo), que incluem investimentos. No total, as despesas da União chegarão a R\$ 2,3 trilhões no próximo ano - o equivalente a 19,3% do **PIB**. O governo tem como meta um déficit zero: ou seja, receitas iguais às despesas.

PREVIDÊNCIA CHEGA A R\$1TRÍ

O projeto, que passará pelo Congresso, considera aumento de R\$ 71,1 bilhões com benefícios previdenciários, R\$ 36,5 bilhões com pessoal e encargos sociais, R\$ 11,3 bilhões com outras despesas obrigatórias, R\$ 6,6 bilhões com Benefício de Prestação Continuada (BPC, pago a pessoas com deficiência e idosos de baixa renda) e R\$ 6,5 bilhões de abono e seguro-desemprego. Todos os números são em comparação ao último relatório de avaliação de receitas e despesas, de julho.

Conforme esses dados, os gastos com benefícios previdenciários, pagos pelo **INSS**, vão crescer 9% em 2025 e ultrapassar R\$ 1 trilhão pela primeira vez. Isso equivale a 8,1% de tudo que o país produz ao longo de um ano.

Em outra rubrica, o Ministério da Gestão e Inovação (MGI) informou ter fechado acordos de reajuste salarial, contemplando 98,2% dos servidores do Executivo - um impacto estimado em R\$ 16 bilhões para o ano que vem. A pasta não disse, porém, qual o

percentual médio de alta em 2025.

Além disso, o governo reservou R\$ 2 bilhões para realizar concursos públicos e

EDITORIA DE ARTE

autorizou a contratação de 53.599 pessoas para o Executivo - dos quais 46.882 são para o banco de professores do Ministério da Educação. Sobram, assim, 6.717 vagas para os demais cargos.

CRÍTICAS À PROPOSTA

Do total do ano que vem, o governo pretende destinar R\$ 74,3 bilhões de recursos públicos para investimentos - dos quais 73% foram destinados ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Para 2024, o governo propôs R\$ 69,7 bilhões em investimentos públicos.

O Orçamento foi enviado ao Congresso na última sexta-feira, perto das 21h. Desde então, as críticas de empresas e de parlamentares vêm se acumulando, enquanto especialistas em contas públicas avaliam que será mais um ano de desafios, sobretudo devido ao foco no aumento de arrecadação, mesma estratégia usada este ano. O governo conta com R\$ 166 bilhões em receitas consideradas extras para fechar as contas. Em corte de gastos, a previsão é de R\$ 25,9 bilhões, que devem ser obtidos com o pentefino em benefícios sociais e assistenciais.

O secretário executivo do Ministério do Planejamento, Gustavo Guimarães, afirmou que resultados fiscais têm sido questionados desde o início do governo, mas que o Executivo tem mostrado que eles não apenas são críveis, como factíveis. Ele acrescentou que todas as ferramentas serão usadas para alcançar a meta do ano que vem. E prometeu avançar em um trabalho estrutural de redução de gastos: -A revisão de gastos é um instrumento. Ao longo do próximo ano, todos os (relatórios) bimestrais serão instrumentos de política pública para manter as contas em ordem, sustentáveis, e obviamente também o trabalho estrutural que a gente vem colocando para vocês que vai ser feito para melhorar ainda mais os números que estão refletidos nessa peça.

Um dos pontos mais criticados é a tentativa de aumentar **impostos**. O governo propôs elevar as alíquotas de **CSLL** sobre o faturamento das empresas e a parcela de Imposto de Renda Retido na Fonte na

distribuição de Juros sobre Capital Próprio (JCP). A União pretende arrecadar R\$ 18 bilhões com a alta dos **tributos** em 2025.

URA É "PARCEIRO"

Em evento no sábado, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), disse que é "quase impossível" essa proposta ser aprovada na Casa. Ontem, o secretário executivo da Fazenda, Dario Durigan, afirmou que Lira é um dos maiores parceiros da agenda econômica e que a pasta está à disposição para construir alternativas às medidas apresentadas: -Eu diria que o presidente Lira é alguém que é muito parceiro, vai nos ajudar com os números, com as projeções, porque sei do compromisso dele com estabilidade fiscal do país.

Entre áreas afetadas e beneficiadas, levantamento feito pelo GLOBO aponta que o MDS poderá perder 32% de todo o orçamento discricionário a sua disposição em relação ao proposto para 2024, o equivalente a R\$ 2,6 bilhões. Na pasta, o auxílio-gás caiu de R\$ 3,6 bilhões para R\$ 600 milhões. Mas o governo conta com uma mudança no formato do programa, que "dribla" o Orçamento para repassar recursos fora do teto de gastos do arcabouço fiscal.

Em valores absolutos, o Ministério das Cidades foi o segundo que mais perdeu poder de investimentos discricionários, com R\$ 2 bilhões a menos. Já o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação ganhou R\$ 4,1 bilhões, e a Educação, R\$ 2,6 bilhões - sendo as duas pastas com mais verbas conquistadas.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Projeto de Orçamento quase não tem folga para investimentos

Jéssica Sant"Ana, Guilherme Pimenta, Estevão Tair e Gabriela Pereira De Brasília

As despesas obrigatórias do governo federal vão crescer R\$ 132,2 bilhões em 2025, puxadas por benefícios previdenciários e salário do funcionalismo, consumindo quase todo o espaço aberto para novos gastos no ano que vem. Os dados são do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) e foram detalhadas pela equipe econômica em entrevista na segunda-feira (2).

O limite para gastos vai aumentar de R\$ 2,105 trilhões neste ano para R\$ 2,249 trilhões em 2025, ou seja, o governo terá R\$ 143,9 bilhões a mais para gastar no ano que vem. Só que desse valor, R\$ 132,2 bilhões serão consumidos por despesas obrigatórias, o equivalente a 92% do total. Somente o restante (R\$ 11,7 bilhões, 8% do total) vai para as despesas discricionárias, que incluem investimento e custeio da máquina pública, e que somarão R\$ 178,5 bilhões em 2025, no caso do Poder Executivo.

A maior alta nas rubricas obrigatórias vem da **Previdência Social**, com a despesa com benefícios crescendo R\$ 71,1 bilhões em relação ao projetado para este ano no terceiro Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias. Essa despesa vem sendo afetada pela política de valorização do salário mínimo e pela redução da fila de espera do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

Depois da Previdência, aparece a despesa com pessoal, que aumentará R\$ 36,5 bilhões em 2025 na comparação com este ano. Essa alta é fruto dos reajustes salariais que vêm sendo concedidos pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Os acordos de reajustes firmados com servidores da União neste ano impactarão o Orçamento de 2025 em R\$ 16 bilhões, segundo o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos. Foram fechados 45 acordos, alcançando 98,2% dos servidores federais.

Além disso, o PLOA prevê R\$ 2 bilhões para realização de novos concursos no ano que vem, de acordo com o secretário do Orçamento Federal, Clayton Montes.

As demais despesas obrigatórias que têm pressionado o Orçamento de 2025 são o Benefício de Prestação

Continuada (BPC), o abono salarial e o seguro-desemprego, todas com alta em relação a 2024, além do próprio Bolsa Família, que, apesar de não ter crescimento para o próximo ano, ainda consome R\$ 167,2 bilhões em recursos públicos.

O PLOA 2025 não prevê nenhuma ação estruturante para conter o crescimento das despesas obrigatórias, apenas medidas de revisão de gastos para cortar benefícios que estão sendo pagos indevidamente. O secretário-executivo do Ministério do Planejamento e Orçamento, Gustavo Guimarães, reconheceu que ainda há mais o que ser feito pelo governo pelo lado das despesas.

"A revisão mais ampla, com integração de políticas e modernização das vinculações, é para descongestão futura das obrigatórias sobre discricionárias", disse o secretário, acrescentando que o pente-fino é a primeira etapa dessa agenda de revisão de gastos. "Não temos como fugir muito da revisão sobre obrigatórias, e é possível fazer revisão mais ampla sem prejudicar políticas sociais", defendeu. A equipe econômica, contudo, tem evitado dar detalhes sobre quais medidas vai propor nesse sentido.

Pelo lado das receitas, o PLOA 2025 foi encaminhado ao Congresso Nacional precisando de R\$ 168,2 bilhões em arrecadação extra, sendo R\$ 121,5 bilhões dependendo de medidas administrativas e R\$ 46,7 bilhões de projetos que dependem de aprovação do Congresso, entre eles o que aumenta a tributação sobre a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) e sobre o Juros sobre Capital Próprio (JCP).

O fato de o Orçamento do próximo ano depender menos de receitas extras condicionadas foi comemorado pelo secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan. Mas o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), disse no sábado que é "quase impossível" o projeto da CSLL e do JCP ser aprovado.

Questionado sobre a declaração de Lira, Durigan afirmou que a equipe econômica vai explicar para o presidente da Câmara a necessidade do projeto para compensar a desoneração da folha de pagamentos, mas mostrou-se aberto a discutir alternativas. "Estamos à disposição para construir alternativas, melhorar os projetos e seguir contando com a

importante parceria dele [Lira]", disse o número 2 da Fazenda.

Durigan destacou, ainda, que o PLOA usa todos os instrumentos para atingir a meta fiscal de déficit zero, o que inclui as medidas de arrecadação e de controle de gastos. "Vamos perseguir a meta de equilibrar o Orçamento do país de agora até o fim do mandato do presidente Lula."

Felipe Salto, economista-chefe da Warren Investimentos, destacou em relatório a investidores que R\$ 168 bilhões previstos de arrecadação vêm de "receitas incertas", das quais "a meta fiscal anual não poderá prescindir para ser cumprida"- mesmo considerando o pagamento de R\$ 44 bilhões de precatórios fora da meta de primário.

"Não temos como fugir muito da revisão sobre obrigatórias" Gustavo Guimarães

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187974?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187974?page=1§ion=1)**

Teto do INSS pode superar 8 mil

Rodrigo Péret

O valor do teto de benefícios pagos aos segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) deve ser reajustado em janeiro, conforme confirmou o governo federal. Especialistas já estimam que o reajuste deve colocar o teto, ou limite que pode ser recebido, acima dos R\$ 8 mil.

Hoje, o piso do **INSS**, ou seja, o menor valor que pode ser pago, é de R\$ 1.412, enquanto o teto é de R\$ 7.786,02. O piso do **INSS** está atrelado ao salário mínimo federal, que, quando aumenta, força um reajuste nas aposentadorias, pensões e benefícios assistenciais.

O projeto do governo federal que define o Orçamento do ano que vem prevê que o salário mínimo seja reajustado para R\$ 1.509, o que representa aumento de 6,7% em relação ao valor atual.

"É claro que até o fim do ano algum fato exógeno pode acontecer, como pandemia, instabilidade internacional, enfim, fatos fora do controle, o que colocaria as expectativas para baixo e o salário mínimo não chegue nesse patamar. Mas há boas chances dessa expectativa se tornar realidade", explicou o economista Ricardo Paixão.

ativas para baixo e o salário mínimo não chegue nesse patamar. Mas há boas chances dessa expectativa se tornar realidade", explicou o economista Ricardo Paixão.

Mas a métrica usada para esse reajuste é diferente da utilizada pelo **INSS**. "O teto do **INSS** é reajustado pelo INPC (índice Nacional de Preços ao Consumidor), enquanto o piso ocorre pelo salário mínimo, que é resultado de uma soma da variação do **PIB** (Produto Interno Bruto) com o IPCA (índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)", explica o economista Helder Siqueira Júnior.

Segundo o economista, tendo em conta que, nos últimos 12 meses, o INPC foi de 4,06%, isso significa que o teto do **INSS** passaria dos R\$ 7.786,02 para aproximadamente R\$ 8.102,13.

"Há realmente a possibilidade do reajuste passar dos R\$ 8 mil. Mas depende do INPC e de outras considerações do governo no momento, como os dados da **inflação** até o final do ano e da política fiscal do governo", complementou o economista Eduardo Araújo.

Em maio, a Genial Investimentos já havia previsto, ao Jornal Exame, que, no próximo ano, o salário mínimo

seria reajustado para um valor próximo de R\$ 1.508,66 e o teto de benefícios estará próximo de R\$ 8.092,54. Na época, a projeção do governo federal para o novo salário mínimo era de R\$ 1.502.

APLICATIVO MEU **INSS**: valor máximo pago a segurados atualmente é de R\$ 7.786. **Inflação** é usada para reajustar

Pente-fino já economizou R\$ 3 bi

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) tem sido alvo de intensas medidas de reavaliação e controle fiscal em 2024.

De janeiro a agosto deste ano, o governo federal conseguiu economizar R\$ 3,3 bilhões, um valor significativo obtido através da implantação do Atestmed e da reavaliação dos benefícios por incapacidades temporárias.

Embora esse valor represente menos de 40% da previsão total de economia para 2024, o governo mantém a expectativa de atingir a meta de R\$ 9 bilhões.

A economia de R\$ 33 bilhões é atribuída às medidas: o Atestmed, sistema que concede auxílio-doença com base em análise documental, e a reavaliação dos benefícios temporários.

Prazo de prorrogação do auxílio-doença do INSS muda; veja regras

Cristiane Gercina

O **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) alterou a regra de prorrogação do auxílio-doença nos casos em que o segurado doente não está recuperado para voltar ao trabalho e precisa seguir afastado, recebendo o benefício.

Portaria publicada nesta segunda-feira (2) limita a quantidade de vezes em que é possível pedir prorrogação do benefício e determina prazo para receber o auxílio após a data da primeira alta médica.

As novas regras estão ligadas ao tempo de espera na fila da perícia. Para casos nos quais há a possibilidade de agendar um exame em até 30 dias, o benefício vai durar até a data de cessação, quando deve ser feita nova perícia.

Nos casos em que a espera for maior do que 30 dias, o benefício será prorrogado por mais um mês, a contar da data de cessação. É possível pedir uma segunda prorrogação, limitando-as a até 60 dias.

O auxílio-doença do **INSS** passa por pente-fino.

A mudança vai de encontro ao planos da **Previdência Social** para conter os gastos com o benefício por incapacidade temporária, que já subiram 50% neste ano. Conforme a Folha adiantou, o governo estuda modificar o tempo de afastamento ou de reavaliação conforme a doença ou a categoria do segurado.

As regras para fazer o pedido de prorrogação seguem as mesmas. O segurado que não está recuperado para voltar ao trabalho deve fazer a solicitação para continuar recebendo o auxílio a partir de 15 dias antes da data da alta médica.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

O pedido é feito pelo Meu **INSS**, com CPF e senha, ou por telefone, na Central 135. É necessário marcar uma perícia para que o médico perito avalie a condição do beneficiário e indique se realmente é necessário mais prazo para ele se recuperar ou não.

A advogada Adriane Bramante, do IBDP (Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário), afirma que a portaria altera regra anterior, na qual era possível conseguir a prorrogação automática do auxílio por meio do Atestmed, sistema no qual o cidadão doente deposita seu atestado médico e pode conseguir o afastamento sem ter de passar por perícia presencial.

Para Adriane, as novas regras visam um meio-termo entre não deixar a fila de benefícios atingir os picos de anos anteriores, quando chegou a 1,7 milhão, e não aumentar os gastos da Previdência de forma significativa.

Isso porque, quando o **INSS** demora mais de 45 dias para fazer um atendimento, o cidadão tem direito de receber os valores atrasados, corrigidos pela **inflação** do período medida pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor).

"Eles fizeram uma medição e acharam menos custoso assumir 30 dias a mais do que assumir uma fila maior e pagar a diferença. É mais fácil adotar a boa-fé presumida do que [adotar] um procedimento com base na probabilidade fraude. A Previdência precisa lidar com proteção", afirma.

"Você dificulta o acesso à aposentadora, muda as regras dos benefícios, as pessoas vão ficando desempregada, há a globalização, a inteligência artificial no mercado do trabalho, as pessoas ficam doentes. Se você não pode se aposentar, vai precisar cada vez mais de benefícios de saúde e assistenciais."

Rômulo Saraiva, advogado especialista em Previdência e colunista da Folha, diz que a limitação da prorrogação do auxílio em até 60 dias é inconstitucional, já que a lei não prevê prazo de recuperação quando o cidadão está doente.

"A lei federal não coloca limitador. O benefício tem que ser pago enquanto durar a incapacidade, não é porque você pediu duas vezes que não pode pedir mais caso a doença piorou ou o tratamento que você estava fazendo não surtiu o resultado esperado."

Francisco Eduardo Cardoso Alves, vice-presidente da ANMP (Associação Nacional dos Peritos Médicos), afirma que o governo erra ao "tentar minorar, diminuir, mitigar o desastre que foi a política de concessão

desenfreada de benefícios por incapacidade sem perícia médica por um tempo tão prolongado".

Ele diz acreditar que não surtirá o efeito esperado. "Não é para ter uma prorrogação automática no contexto atual. Então, na nossa opinião eles não aprenderam a lição, eles se negam a ver o fracasso do programa."

O segurado que precisa do auxílio, mas tem o benefício negado ou limitado pela nova regra poderá seguir três caminhos para conseguir a renda: recorrer da negativa, embora Saraiva não recomende essa opção, esperar 30 dias e pedir o benefício novamente ou ir para a Justiça.

"A própria portaria prevê a judicialização quando diz que as prorrogações ficam limitadas a duas "salvo restabelecimento ou reativação por decisão judicial", afirma.

benefício do assinante

Você tem 7 acessos por dia para dar de presente. Qualquer pessoa que não é assinante poderá ler.

benefício do assinante

assine ou faça login

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/09/prazo-de-prorrogacao-do-auxilio-doenca-do-inss-muda-veja-regras.shtml>

Especialistas veem dificuldade de fechar as contas em 2025 com avanço das despesas obrigatórias

Mesmo com o crescimento de 2,5% das despesas públicas em 2025 acima da **inflação**, o governo praticamente não terá qualquer folga para acomodar novas ações ou investimentos: o espaço extra será quase todo consumido por gastos obrigatórios. Os dados constam no detalhamento da proposta orçamentária do ano que vem, apresentado ontem pela equipe econômica. Os números mostram ainda espaço para concursos, reajustes de servidores, além de cortes em áreas como o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

Aprovado em 2023, o arcabouço fiscal terá em 2025 seu segundo ano de vigência. Ele permite que as despesas cresçam acima da **inflação**. No ano que vem, esse limite global de gastos do governo vai aumentar R\$ 143,9 bilhões. Mas destes, R\$ 132,2 bilhões vão cobrir o crescimento de gastos obrigatórios.

Só R\$ 11,7 bilhões foram para a elevação de despesas discricionárias (gastos livres do governo), que incluem investimentos. No total, as despesas da União chegarão a R\$ 2,3 trilhões no próximo ano - o equivalente a 19,3% do **PIB**. O governo tem como meta um déficit zero: ou seja, receitas iguais às despesas.

Previdência chega a R\$ 1 tri

O projeto, que passará pelo Congresso, considera aumento de R\$ 71,1 bilhões com benefícios previdenciários, R\$ 36,5 bilhões com pessoal e encargos sociais, R\$ 11,3 bilhões com outras despesas obrigatórias, R\$ 6,6 bilhões com Benefício de Prestação Continuada (BPC, pago a pessoas com deficiência e idosos de baixa renda) e R\$ 6,5 bilhões de abono e seguro-desemprego. Todos os números são em comparação ao último relatório de avaliação de receitas e despesas, de julho.

Conforme esses dados, os gastos com benefícios previdenciários, pagos pelo **INSS**, vão crescer 9% em 2025 e ultrapassar R\$ 1 trilhão pela primeira vez. Isso equivale a 8,1% de tudo que o país produz ao longo de um ano.

Em outra rubrica, o Ministério da Gestão e Inovação (MGI) informou ter fechado acordos de reajuste salarial, contemplando 98,2% dos servidores do Executivo - um impacto estimado em R\$ 16 bilhões para o ano que vem. A pasta não disse, porém, qual o percentual médio de alta em 2025.

Além disso, o governo reservou R\$ 2 bilhões para realizar concursos públicos e autorizou a contratação de 53.599 pessoas para o Executivo - dos quais 46.882 são para o banco de professores do Ministério da Educação. Sobram, assim, 6.717 vagas para os demais cargos.

Críticas à proposta

Do total do ano que vem, o governo pretende destinar R\$ 74,3 bilhões de recursos públicos para investimentos - dos quais 73% foram destinados ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Para 2024, o governo propôs R\$ 69,7 bilhões em investimentos públicos.

O Orçamento foi enviado ao Congresso na última sexta-feira, perto das 21h. Desde então, as críticas de empresas e de parlamentares vêm se acumulando, enquanto especialistas em contas públicas avaliam que será mais um ano de desafios, sobretudo devido ao foco no aumento de arrecadação, mesma estratégia usada este ano.

O governo conta com R\$ 166 bilhões em receitas consideradas extras para fechar as contas. Em corte de gastos, a previsão é de R\$ 25,9 bilhões, que devem ser obtidos com o pente-fino em benefícios sociais e assistenciais.

O secretário executivo do Ministério do Planejamento, Gustavo Guimarães, afirmou que resultados fiscais têm sido questionados desde o início do governo, mas que o Executivo tem mostrado que eles não apenas são críveis, como factíveis. Ele acrescentou que todas as ferramentas serão usadas para alcançar a meta do ano que vem. E prometeu avançar em um trabalho estrutural de redução de gastos:

- A revisão de gastos é um instrumento. Ao longo do

próximo ano, todos os (relatórios) bimestrais serão instrumentos de política pública para manter as contas em ordem, sustentáveis, e obviamente também o trabalho estrutural que a gente vem colocando para vocês que vai ser feito para melhorar ainda mais os números que estão refletidos nessa peça.

Um dos pontos mais criticados é a tentativa de aumentar **impostos**. O governo propôs elevar as alíquotas de CSLL sobre o faturamento das empresas e a parcela de Imposto de Renda Retido na Fonte na distribuição de Juros sobre Capital Próprio (JCP). A União pretende arrecadar R\$ 18 bilhões com a alta dos **tributos** em 2025.

Lira é 'parceiro'

Em evento no sábado, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), disse que é "quase impossível" essa proposta ser aprovada na Casa. Ontem, o secretário executivo da Fazenda, Dario Durigan, afirmou que Lira é um dos maiores parceiros da agenda econômica e que a pasta está à disposição para construir alternativas às medidas apresentadas:

- Eu diria que o presidente Lira é alguém que é muito parceiro, vai nos ajudar com os números, com as projeções, porque sei do compromisso dele com estabilidade fiscal do país.

Entre áreas afetadas e beneficiadas, levantamento feito pelo GLOBO aponta que o MDS poderá perder 32% de todo o orçamento discricionário a sua disposição em relação ao proposto para 2024, o equivalente a R\$ 2,6 bilhões. Na pasta, o auxílio-gás caiu de R\$ 3,6 bilhões para R\$ 600 milhões. Mas o governo conta com uma mudança no formato do programa, que "dribla" o Orçamento para repassar recursos fora do teto de gastos do arcabouço fiscal.

Em valores absolutos, o Ministério das Cidades foi o segundo que mais perdeu poder de investimentos discricionários, com R\$ 2 bilhões a menos. Já o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação ganhou R\$ 4,1 bilhões, e a Educação, R\$ 2,6 bilhões - sendo as duas pastas com mais verbas conquistadas.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/09/03/especialistas-veem-dificuldade-de-fechar-as-contas-em-2025-com-avanco-das-despesas-obrigatorias.ghtml>

Análise: Orçamento de 2025 tem medidas paliativas e gera dúvidas sobre melhora sustentável nas contas do país no longo prazo

O Orçamento de 2025, proposto pelo presidente Lula ao Congresso Nacional, mostra que um caminho sustentado para a melhoria das contas públicas ainda está distante. Para alcançar o déficit zero, o governo mantém a aposta em medidas incertas e paliativas, tanto no aumento de receitas quanto na redução de despesas.

Esse cenário deixa o país sem uma trajetória crível de superávits fiscais, essencial para frear o crescimento da dívida pública - o indicador mais monitorado pelo mercado e especialistas para avaliar a saúde das contas de uma nação.

A dívida bruta está em torno de 78,5% do **PIB** (acima da previsão do governo para este ano, que é ligeiramente superior a 77% do **PIB**) e tende a continuar crescendo. Esse é um número elevado em comparação com outros países emergentes, que possuem endividamento em torno de 60% de seu produto interno bruto.

Com uma dívida elevada, os recursos disponíveis na economia acabam sendo direcionados para o governo pagar seu próprio endividamento. Esses recursos poderiam ser utilizados em projetos na vida real, que geram emprego e, conseqüentemente, estimulam o crescimento do país.

Simulações de médio e longo prazo feitas pelo próprio governo federal indicam a necessidade de um superávit primário de pelo menos 1% do **PIB** para estabilizar e, eventualmente, reduzir a dívida pública. A Instituição Fiscal Independente (IFI), ligada ao Senado, considera necessários superávits ainda maiores, na ordem de 1,5% do **PIB**.

No entanto, um superávit dessa magnitude é pouco provável em um governo em que ministros e assessores presidenciais não escondem o desejo de expandir gastos (e o déficit fiscal) para implementar um plano de investimentos públicos e ampliação de benefícios.

Por isso, o discurso do Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento em defesa do déficit zero é importante para a credibilidade da política fiscal do

governo. Contudo, as medidas apresentadas junto com o Orçamento têm efeitos imprevisíveis e dependem de fatores externos à equipe econômica para serem alcançadas.

Há, por exemplo, uma previsão de corte de R\$ 25,6 bilhões em um pente-fino que depende da eficácia do **INSS** e dos gestores do cadastro do Bolsa Família para ser implementado. O governo ainda incluiu um drible para pagar uma parcela do vale-gás fora do Orçamento, o que ainda precisa ser aprovado pelo Congresso.

Sem essas medidas, as despesas discricionárias (investimentos e custeio) teriam caído R\$ 17,9 bilhões em 2025, em vez de subir R\$ 11 bilhões, como prevê a proposta oficial.

Do lado da receita, são R\$ 166 bilhões em extras para fechar as contas. Na lista de medidas, está o aumento de dois **impostos**. Uma alta da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), cobrada das empresas. E do imposto de renda dos Juros sobre Capital Próprio (JCP), que é uma forma de distribuir lucro aos acionistas. Essas iniciativas já geraram críticas, inclusive do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

Tanto na arrecadação quanto nos gastos, há uma visão turva para o futuro das contas públicas, que poderia ser esclarecida com medidas estruturais e menos dependência de paliativos anuais.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/09/03/orcamento-de-2025-tem-medidas-paliativas-e-gera-duvidas-sobre-melhora-sustentavel-nas-contas-do-pais-no-longo-prazo.ghtml>

Prazo de prorrogação do auxílio-doença do INSS muda; veja regras (Previdência)

Cristiane Gercina

O **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) alterou a regra de prorrogação do auxílio-doença nos casos em que o segurado doente não está recuperado para voltar ao trabalho e precisa seguir afastado, recebendo o benefício.

Portaria publicada nesta segunda-feira (2) limita a quantidade de vezes em que é possível pedir prorrogação do benefício e determina prazo para receber o auxílio após a data da primeira alta médica.

As novas regras estão ligadas ao tempo de espera na fila da perícia. Para casos nos quais há a possibilidade de agendar um exame em até 30 dias, o benefício vai durar até a data de cessação, quando deve ser feita nova perícia.

Nos casos em que a espera for maior do que 30 dias, o benefício será prorrogado por mais um mês, a contar da data de cessação. É possível pedir uma segunda prorrogação, limitando-as a até 60 dias.

O auxílio-doença do **INSS** passa por pente-fino.

A mudança vai de encontro ao planos da **Previdência Social** para conter os gastos com o benefício por incapacidade temporária, que já subiram 50% neste ano. Conforme a Folha adiantou, o governo estuda modificar o tempo de afastamento ou de reavaliação conforme a doença ou a categoria do segurado.

As regras para fazer o pedido de prorrogação seguem as mesmas. O segurado que não está recuperado para voltar ao trabalho deve fazer a solicitação para continuar recebendo o auxílio a partir de 15 dias antes da data da alta médica.

O pedido é feito pelo Meu **INSS**, com CPF e senha, ou por telefone, na Central 135. É necessário marcar uma perícia para que o médico perito avalie a condição do beneficiário e indique se realmente é necessário mais prazo para ele se recuperar ou não.

A advogada Adriane Bramante, do IBDP (Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário), afirma que a portaria altera regra anterior, na qual era possível conseguir a prorrogação automática do auxílio por meio do Atestmed, sistema no qual o cidadão doente

deposita seu atestado médico e pode conseguir o afastamento sem ter de passar por perícia presencial.

Para Adriane, as novas regras visam um meio-termo entre não deixar a fila de benefícios atingir os picos de anos anteriores, quando chegou a 1,7 milhão, e não aumentar os gastos da Previdência de forma significativa.

Isso porque, quando o **INSS** demora mais de 45 dias para fazer um atendimento, o cidadão tem direito de receber os valores atrasados, corrigidos pela **inflação** do período medida pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor).

"Eles fizeram uma medição e acharam menos custoso assumir 30 dias a mais do que assumir uma fila maior e pagar a diferença. É mais fácil adotar a boa-fé presumida do que [adotar] um procedimento com base na probabilidade fraude. A Previdência precisa lidar com proteção", afirma.

"Você dificulta o acesso à aposentadora, muda as regras dos benefícios, as pessoas vão ficando desempregada, há a globalização, a inteligência artificial no mercado do trabalho, as pessoas ficam doentes. Se você não pode se aposentar, vai precisar cada vez mais de benefícios de saúde e assistenciais."

Rômulo Saraiva, advogado especialista em Previdência e colunista da Folha, diz que a limitação da prorrogação do auxílio em até 60 dias é inconstitucional, já que a lei não prevê prazo de recuperação quando o cidadão está doente.

"A lei federal não coloca limitador. O benefício tem que ser pago enquanto durar a incapacidade, não é porque você pediu duas vezes que não pode pedir mais caso a doença piorou ou o tratamento que você estava fazendo não surtiu o resultado esperado."

Francisco Eduardo Cardoso Alves, vice-presidente da ANMP (Associação Nacional dos Peritos Médicos), afirma que o governo erra ao "tentar minorar, diminuir, mitigar o desastre que foi a política de concessão desenfreada de benefícios por incapacidade sem perícia médica por um tempo tão prolongado".

Ele diz acreditar que não surtirá o efeito esperado. "Não é para ter uma prorrogação automática no

contexto atual. Então, na nossa opinião eles não aprenderam a lição, eles se negam a ver o fracasso do programa."

O segurado que precisa do auxílio, mas tem o benefício negado ou limitado pela nova regra poderá seguir três caminhos para conseguir a renda: recorrer da negativa, embora Saraiva não recomende essa opção, esperar 30 dias e pedir o benefício novamente ou ir para a Justiça.

"A própria portaria prevê a judicialização quando diz que as prorrogações ficam limitadas a duas "salvo restabelecimento ou reativação por decisão judicial", afirma.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/09/prazo-de-prorrogacao-do-auxilio-doenca-do-inss-muda-veja-regras.shtml>

Reforma tributária e bioenergia

WILLIAM TAVARES

Os efeitos do novo sistema de tributação do consumo e os impactos na economia brasileira, nos setores de comércio e indústria, com foco nas energias renováveis, foi tema do painel de abertura do Fórum Nordeste 2024, realizado pelo Grupo EQM, presidido pelo empresário e fundador da Folha de Pernambuco, Eduardo de Queiroz Monteiro. A palestra, intitulada "**A Reforma Tributária** e sua importância para o ambiente de negócios do Brasil", ficou a cargo de Bernard Appy, secretário extraordinário da **reforma tributária** no Ministério da Fazenda.

"Nas energias renováveis, há dois pontos que merecem atenção na **reforma tributária**. O primeiro é sobre a tributação de combustíveis. Ela passará a ser monofásica e com alíquotas específicas, com uma diferenciação entre biocombustíveis e combustíveis fósseis. A tributação dos biocombustíveis será menor e, no caso do etanol, teremos um diferencial competitivo. O segundo envolve o imposto seletivo, que tem como função desestimular o consumo de bens nocivos à saúde e ao meio ambiente. Os automóveis e outros meios de transporte estão integrados nele, considerando o impacto ambiental em toda a cadeia de produção. A reforma vai favorecer quem for eficiente em seu negócio", afirmou o secretário.

O debate foi mediado pelo presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool de Pernambuco (Sindaçúcar-PE) e da Nova-bio, Renato Cunha. Além dele, participaram da discussão Evan-dro Gussi, presidente e CEO da União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioenergia (Unica); Mário Campos, presidente da Associação das Indústrias Sucoenergéticas de Minas Gerais (SIAMIG Bioenergia); e Luís Roberto Pogetti, presidente do Conselho de Administração da Copersucar.

"A **reforma tributária** trará transformações importantes no cenário produtivo brasileiro. Teremos uma mudança na estrutura de créditos e **impostos**. Esse debate é fundamental para termos uma política pública equilibrada para o desenvolvimento de novos investimentos no Brasil", declarou Pogetti.

A proposta

A intenção da **reforma tributária** é simplificar o sistema tributário, substituindo cinco **tributos** (PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS) pelo IVA (Imposto sobre Valor

Adicionado) Dual, composto pela CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), federal, e pelo IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), de estados e municípios. O IVA é adotado por 174 países. De acordo com a União, com a mudança iniciada em 2026 e prevista para valer integralmente a partir de 2033, o Brasil terá um crescimento econômico de 12% a 20% em 15 anos, com geração de 300 mil novos empregos por ano.

"Temos um cenário atual de tributação com muitos efeitos negativos para o crescimento do Brasil. O mundo tributa pelo IVA, que é o melhor modelo. Ele tem uma característica de ter uma base ampla de incidência. Todo imposto pago nas etapas anteriores é recuperado na forma de crédito. Ele é cobrado no destino, no consumo, e não na origem, sem tributar nas exportações e, nas importações, serão tributadas como produção nacional", indicou Appy.

Transição

Para viabilizar a substituição, entre os anos de 2024 e 2025, será necessário aprovar as leis complementares que regulamentarão o IBS e a CBS, além do Conselho Federativo do IBS, o Fundo de Desenvolvimento Regional e o ressarcimento dos saldos credores acumulados do ICMS, bem como estruturar o modelo de cobrança dos novos **tributos**.

"A legislação atual é complexa. Somos o País que mais gasta recursos com burocracia tributária. O desenho da reforma desonera investimentos, importações e aumenta a competitividade da produção nacional. Tudo isso de uma forma mais simples para o contribuinte", frisou.

O Fórum Nordeste 2024 teve patrocínio da Neoenergia, Coper-gás, Banco do Nordeste, Caixa Econômica Federal, Sudene, FMC, Grunner e Cahu Beltrão; e apoio do Governo de Pernambuco, Fertine e Novabio.

Site:

<https://edicaoimpressa.folhape.com.br/books/klqj/#p=1>

Reforma tributária dará força à transição energética - MOVIMENTO ECONÔMICO

PATRICIA RAPOSO

O Fórum Nordeste, realizado pelo Grupo EQM, está consagrado como o maior evento energético da região e sua última edição, ocorrida nesta segunda-feira (02), trouxe boas notícias para o setor. A começar pela **reforma tributária**, que dará grande ajuda na transição energética.

O secretário Extraordinário da **Reforma Tributária**, Bernard Appy, disse no evento que o imposto seletivo não incidirá sobre transações envolvendo energia e nem sobre os combustíveis fósseis, apenas sobre o carvão mineral. Havia um temor de que o imposto seletivo, sendo aplicado a esses combustíveis, pudesse encarecer o custo da energia, uma vez que as termelétricas usam óleo diesel quando precisam ser ativadas.

Appy garantiu ainda que a tributação sobre os combustíveis será monofásica, prevendo diferenciação tributária entre biocom-bustíveis e combustíveis fósseis, para manter um diferencial competitivo e ajudar na descarbonização. Os automóveis mais eficientes do ponto de vista energético serão igualmente favorecidos. As novas regras também tendem a estimular a exportação de bio-combustíveis no Brasil, uma área que tende a crescer muito com a redução do custo de exportação.

ETANOL DOS EUA

O governo brasileiro vai tributar o etanol importado dos Estados Unidos. Atualmente, o produto entra pelos portos de Cabedelo (PB), Itaqui (MA) e Suape (PE) pagando alíquota zero. Agora isso muda com a taxa de 16%. Algo que o setor sucroenergético esperava há bom tempo. A notícia foi dada pelo vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, durante sua participação no Fórum Nordeste.

IMPACTO

A medida terá um impacto bastante positivo no setor, principalmente no Nordeste, que acabava enfrentando concorrência desequilibrada com o álcool importado - e subsidiado, é bom destacar. Os produtores do Nordeste vinham sendo muito prejudicados, já que o etanol importado acabava sendo comercializado na

região.

FROTA A ETANOL AVANÇA

João Irineu Medeiros, vice-presidente de Assuntos Regulatórios da Stellantis, mostrou em sua palestra no Fórum Nordeste que a Noruega é o país onde as vendas de veículos elétricos mais avançaram em 2023: cresceram 85% e alcançaram 22% da frota. Na China a relação é 25% nas vendas para 6% da frota. No Brasil a descarbonização também acelerou, no entanto, ape-

nas 1% da frota é de elétricos. Por aqui, o que cresce com força são as vendas de carros movidos a etanol, que subiram 36%, alcançando 29% da frota.

GÁS

Quando o assunto é gás, Roberto Zanella, diretor técnico comercial da Copergás, ressalta que Pernambuco já é um case para o Gás Natural Veicular (GNV). O estado tem 90 mil carros movidos a GNV e agora as ações vão chegar a caminhões e ônibus. Os próprios distribuidores de gás agora serão movidos a GNV e os ônibus também vão migrar. A Copergás realizou dois projetos pilotos com Conorte e com Mobi, que testaram durante quatro meses o uso do GNV em ônibus com resultados muito positivos de economicidade, qualidade e redução de poluentes.

BIOMETANO

A Copergás já concluiu 50% da obra de infraestrutura para distribuição do biometano em sua rede, numa parceria com a empresa Orizon, que produz a molécula no Ecoparque de Jaboatão dos Guararapes. A Copergás espera comercializar 60 mil m3 do biometano em janeiro de 2025 e chegar ao segundo semestre injetando 130 mil m3 na rede. Esse é um gás que chegará um pouco mais caro ao consumidor, mas tende a ser requerido por empresas com atuação internacional, que precisam adotar a descarbonização como meta.

Site:

<https://edicaoimpressa.folhape.com.br/books/klqj/#p=1>

Reforma tributária: Empresas estão em estágio inicial de avaliação de impactos, mostra pesquisa (Reforma tributária)

Eduardo Cucolo

Mais da metade dos profissionais de departamentos fiscais e tributários no Brasil avalia que suas empresas ainda estão em um estágio inicial de avaliação sobre os impactos da reforma dos **impostos** sobre o consumo.

O dado faz parte de uma pesquisa sobre a **reforma tributária** feita pela Thomson Reuters divulgada nesta segunda-feira (2).

De acordo com o levantamento, 54% dos entrevistados classificam o estágio como iniciante, com avaliação feita por meio de informações obtidas principalmente da imprensa e de relatórios. Outros 22% dizem estar cientes da reforma, mas não acompanham ativamente as mudanças (estágio incipiente).

Os demais relataram que seus departamentos estão em uma fase preparatória ou avançada, alocando ativamente recursos e desenvolvendo um plano de implementação para suas organizações.

A pesquisa foi realizada com 129 profissionais de departamentos fiscais e tributários corporativos no Brasil, em abril e maio de 2024, por meio de formulário eletrônico.

A substituição de ICMS/ISS pelo IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) é apontada pelos entrevistados como a mudança mais impactante da reforma, seguida pela unificação do PIS/Cofins na CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) e pelo fim dos incentivos fiscais estaduais.

Os pontos positivos mais citados são: simplificação das obrigações acessórias (71%), diminuição da complexidade tributária (64%), maior clareza no planejamento tributário e fiscal (51%), eliminação da guerra fiscal (40%) e diminuição da carga tributária (29%).

Entre as mudanças negativas, são esperadas principalmente: sobrecarga durante o período de transição (74%), aumento dos custos para

aprender/adaptar/alterar sistemas (62%), aumento da carga tributária (53%), sobreposição de modelos durante a transição (43%) e mais incerteza no planejamento tributário/fiscal durante a transição (38%).

Para a Thomson Reuters, a expectativa de aumento da carga tributária pode estar relacionada à estimativa do governo para a alíquota geral (26,5% na época do levantamento), "à eliminação de incentivos fiscais e ao baixo volume de créditos para alguns segmentos específicos, especialmente o setor de serviços".

"Esse é um resultado surpreendente, considerando que uma das principais iniciativas da reforma é simplificar e tornar o sistema tributário mais eficiente, a fim de evitar problemas como a tributação em cascata, além de reduzir os **impostos** sobre as transações envolvendo bens ou serviços específicos", afirma o relatório.

A newsletter sobre o mundo jurídico exclusiva para assinantes da Folha

Carregando...

Sobre o impacto da reforma em suas organizações, as avaliações são de que será baixo ou muito baixo para cerca de 6%, médio para 26%, alto ou muito alto para 64% e completamente disruptivo para 5%.

Luciano Idésio, vice-presidente do segmento Corporate da Thomson Reuters América Latina, afirma que o trabalho mostra que há uma clara expectativa de que a reforma terá um impacto significativo nas operações das empresas.

Ele destaca que as principais preocupações incluem a sobrecarga de trabalho durante o período de transição e o aumento dos custos para aprender e adaptar os sistemas às novas regras.

Há também otimismo em relação às oportunidades que a reforma pode trazer. "As empresas estão começando a se preparar para essas mudanças, com expectativas de aumento nos investimentos em treinamento de talentos, consultoria externa, e

soluções de gestão tributária nos próximos meses e anos", afirma.

Para ele, a reforma exigirá dos profissionais uma transformação substancial no conteúdo de seu trabalho e também nas novas rotinas e processos, e as empresas precisam investir no desenvolvimento dos profissionais e na construção de um ecossistema de parceiros confiáveis e avançados no tema.

"É crucial estabelecer sistemas de gestão tributária que incorporem as novas regras e controles adequados, sobretudo durante os períodos de transição para o novo modelo. Aproveitar a tecnologia e a automação será vital para otimizar tempo, reduzir custos e minimizar riscos."

benefício do assinante

Você tem 7 acessos por dia para dar de presente. Qualquer pessoa que não é assinante poderá ler.

benefício do assinante

assine ou faça login

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/que-imposto-esse/2024/09/reforma-tributaria-empresas-estao-em-estagio-inicial-de-avaliacao-de-impactos-mostra-pesquisa.shtml>

Arrecadação de impostos bate recorde no Brasil: R\$ 886 bilhões

Redação Homework *

Uma simples compra no supermercado pode revelar muito sobre a economia do país. Ao receber o cupom fiscal, o consumidor mais atento enxerga no documento informações sobre data, valores, descrição dos produtos, forma de pagamento e **impostos**. O cálculo revela uma carga tributária alta, que coloca o Brasil em um delicado ranking: é o segundo entre os países latino-americanos com a maior carga tributária, segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Confirmam essa máxima os dados atualizados do Impostômetro: apenas nos primeiros quatro meses do ano, a arrecadação federal somou R\$ 886,642 bilhões.

O recente fim do prazo para declarar o Imposto de Renda (IR) também trouxe à tona discussões sobre as taxas cobradas. Para o advogado e professor universitário Ernani Bortolini, que atua no Paraná e em Santa Catarina, embora a alta carga tributária no país seja histórica, há alguns equívocos em todo o processo.

"Hoje, a carga está em mais de 40%. Alguns **impostos**, como o IR, tributam o salário, que não é renda. É um erro, afinal, renda é algo que vai além do salário e poderia ser tributado pelo governo. Carro não é renda, salário não é renda. Isso esmaga o cidadão, que precisa trabalhar cinco meses para pagar **impostos** federais, estaduais e municipais", assinala.

Parafraseando Margaret Thatcher, ex-primeira-ministra do Reino Unido, o jurista concorda que "não existe dinheiro público; existe apenas o dinheiro dos pagadores de **impostos**". "E o cidadão acaba tendo muito pouco retorno de tudo que paga. Esta é a realidade e o maior problema do pagamento de **impostos**", afirma.

Outro ponto abordado por Bortolini é que, no Brasil, boa parte dos **impostos** incide sobre o consumo. O advogado considera esse ponto bastante injusto, considerando que o país é um dos mais desiguais do mundo.

Informações do World Inequality Lab reforçam seu pensamento. O levantamento aponta que a renda média mensal da população mais rica é de 103 mil

reais. Essa faixa corresponde a apenas 1% da população. Por outro lado, 67 em cada 100 brasileiros têm renda média de até 2,4 mil reais mensais e mais da metade nem ganha o salário mínimo. A tributação sobre patrimônios, aponta o jurista, também tem distorções.

"O imposto para grandes fortunas era para estar na Constituição de 88, mas jamais passou de um projeto", afirma. "Seguimos em uma espiral que facilita a má distribuição social. Quem ganha pouco vai ter que pagar muito, e o retorno não é exatamente suficiente".

Parte do dinheiro pago é enviado para estados e municípios. Eles vão quitar despesas da própria máquina pública e oferecer estrutura para a população, como na saúde, educação, cultura e lazer. Depois do repasse, o governo usa o restante para suas despesas.

Neste sentido, a tramitação da **reforma tributária** pode ser uma solução, ainda que **lenta**. Para Bortolini, até 2033, quando se encerra o período de transição, novas leis complementares precisam ser feitas.

"Até lá, cabe aos governos usarem com bons critérios, sabedoria e gestão, o valor que recebem do trabalhador. É um cashback natural, uma forma realmente efetiva de fazer justiça com coerência", finaliza.

(*) HOMEWORK inspira transformação no mundo do trabalho, nos negócios, na sociedade. É criação da Compasso, agência de conteúdo e conexão.

Site: <https://www.terra.com.br/economia/arrecadacao-de-impostos-bate-recorde-no-brasil-r-886-bilhoes,2d1aae4a1aea7af132ba924eb4957f1fho8rks7x.html>

Para zerar deficit, governo prevê R\$ 166,2 bilhões em receitas extras - MERCADO S/A

AMAURI SEGALLA

O Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), apresentado ontem em detalhes pela equipe econômica, não deixa margem a dúvidas: o governo terá de suar a camisa para zerar o deficit em 2025.

A conta, de fato, é salgada. Para chegar lá, serão necessários R\$ 166,2 bilhões em receitas extras.

De onde virá o dinheiro? Entre outras iniciativas, o governo prevê aumento de **impostos**, acordos judiciais relativos a dívidas tributárias, corte de benefícios e reoneração integral da folha de pagamentos a partir do ano que vem. Do lado de corte de despesas, as metas, como sempre, são bem mais modestas, totalizando R\$ 25,9 bilhões. Nesse caso, a ideia é rever gastos do **INSS** e cortar benefícios do Bolsa Família, para citar apenas algumas medidas. Um dado que chama a atenção diz respeito às despesas obrigatórias do governo federal, que vão subir R\$ 132,2 bilhões. Isso explica por que é difícil fechar a conta.

Nos EUA, home office será motivo para demissão. Algumas empresas decidiram declarar guerra contra o home office. O banco americano Goldman Sachs vai demitir 1,3 mil funcionários como parte de seu processo de corte de custos. Detalhe: a frequência ao escritório será determinante para a definição dos que acabarão dispensados. Não se trata de um caso único.

Recentemente, a empresa de computadores Dell informou que só serão promovidos aqueles que abrirem mão da atividade remota. No Brasil, muitos profissionais sofrem o mesmo tipo de pressão.

JBS usa inteligência artificial para reduzir acidentes de trânsito. A inteligência artificial avança em várias áreas de negócios. O sistema de IA implementado pela TRS, transportadora da JBS, em sua frota de caminhões é capaz de identificar fatores de risco e evitar acidentes de trânsito. Ao detectar sinais como fadiga do motorista ou uso de celular ao volante, o programa emite uma mensagem de alerta dentro da cabine e, na sequência, aciona a central de monitoramento.

Desde a implementação da ferramenta, em 2022, os alertas evitaram mil potenciais acidentes.

"Oportunidades de negócios são como ônibus, sempre há outro vindo" Richard Branson, empresário britânico que é dono de um conglomerado formado por 400 empresas de diversos setores

Vero aposta as suas fichas nas capitais brasileiras. A Vero, empresa de telecomunicações com presença em nove estados brasileiros e 1,3 milhão de clientes, vai expandir os negócios para Belo Horizonte e Goiânia.

Antes focada em cidades de pequeno e médio porte, principalmente no interior, a empresa agora está de olho nas capitais brasileiras. Com investimento inicial de R\$ 10 milhões, a empresa terá duas lojas próprias ainda neste ano, uma em cada cidade, e deverá gerar 500 empregos diretos e indiretos nos dois municípios.

R\$ 700 MILHÕES é quanto o governo federal deverá arrecadar em 2024 com a "taxa das blusinhas", como ficou conhecido o imposto sobre compras internacionais de até 50 dólares.

RAPIDINHAS

A gigante francesa Lactalis, dona de marcas como Parmalat, Itambé, Batavo e Président, vai investir R\$ 100 milhões para ampliar as suas operações no Rio Grande do Sul. De acordo com a empresa, os aportes serão divididos entre as cinco plantas gaúchas pertencentes à companhia. Na última década, a Lactalis investiu aproximadamente R\$ 7 bilhões no Brasil.

Uma nova pesquisa realizada pela Thomson Reuters constatou que 66% dos profissionais fiscais e tributários acham que suas empresas devem aumentar os investimentos em tecnologia nos próximos dois anos para facilitar a transição para o novo regime tributário no Brasil. A tecnologia otimiza tempo, reduz custos e garante conformidade durante a transição tributária.

A Porto Seguro ampliou o portfólio de serviços oferecidos aos seus segurados no segmento de automóveis. Entre eles, constam reparos em adegas residenciais, ajustes em móveis e consertos de equipamentos de ar-condicionado, além da possibilidade de o segurado acessar o serviço de reparos do lar mesmo em residências de terceiros.

Errata: ao contrário do que a Coluna publicou no último 30 de agosto, apenas o maior supercomputador, entre os cinco novos que a Petrobras está comprando, tem a capacidade de processamento de 10 milhões de celulares e 200 mil notebooks.

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/impressa/6369/03-09-2024.html?all=1>

Especialistas dizem o que muda com o bloqueio do X

Gustavo Andrade

Ao determinar a suspensão no Brasil do X (antigo Twitter), a rede social do empresário Elon Musk, o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), estipulou multa de R\$ 50 mil para quem tentar usar a rede social enquanto ela estiver suspensa no Brasil.

O texto pedia ainda que lojas virtuais da Apple e Google impedissem que usuários baixassem aplicativos de VPN. No entanto, horas depois o ministro recuou.

A sigla VPN significa Virtual Private NetWork, ou Rede Privada Virtual, em tradução literal. Ela permite uma conexão segura do usuário em redes públicas e é muito conhecida como forma de burlar proibições de um país ou determinados filtros **impostos**.

No documento assinado por Alexandre de Moraes, o ministro justificou que as multas são destinadas a todas as pessoas físicas ou jurídicas que usarem "subterfúgios tecnológicos" para acessar o X, a exemplo do VPN.

O especialista em Tecnologia da Informação Eduardo Pinheiro opinou que é um excesso multar os usuários, e que dificilmente alguém poderá ser punido. "Em relação à suspensão da plataforma, não há o que se discutir, mas sou contra multar usuário", disse.

Sobre a multa, Leandro Batista da Silva, presidente da Comissão de Tecnologia da Informação da Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Espírito Santo (OAB-ES), disse que o Conselho Federal da OAB protocolou petição a Moraes, fundamentando que seria necessária a reconsideração da decisão.

"Seria penalizar, sem o devido processo legal, terceiros não integrantes do processo", enfatizou.

A estudante Eyshila Araújo, 22 anos, contou que tinha conta no X desde 2017 e lamentou a suspensão da rede social. "Fiquei bem chateada, pois gostava da praticidade que proporcionava. As informações chegavam de forma mais rápida e resumida. Tenho esperança de que um dia volte."

Quem também já está sentindo falta da rede social é a

pedagoga Ludmilla Borgo, 28. "Tinha Twitter desde 2010, já era a primeira coisa que eu entrava quando eu acordava... Era meu diário de todos os dias. Achei desnecessário, sinto falta e até desinstalei o aplicativo, porque entrava toda hora e me decepcionava quando via "desativado"".

EYSHILA usava X e disse que gostava da praticidade da rede social: "Tenho esperança de que ela volte a funcionar"

Confirmação unânime na 1a turma

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por unanimidade, confirmar a decisão do ministro Alexandre de Moraes e manter a rede social X suspensa.

A decisão vale até que a plataforma cumpra decisões da Justiça de bloquear perfis com conteúdo antidemocrático e/ou criminoso; pague multas aplicadas por desobedecer a ordens judiciais - que somam mais de R\$ 18 milhões; e indique um representante legal no País.

Foram cinco votos favoráveis à decisão: Alexandre de Moraes (relator, autor da primeira decisão), Flávio Dino, Cristiano Zanin, Cármen Lúcia e Luiz Fux.

No último dos cinco votos inseridos no sistema do STF, o ministro Luiz Fux fez uma ressalva a respeito da decisão inicial de Moraes. O ministro avaliou que a suspensão do X é válida, desde que "não atinja pessoas naturais e jurídicas indiscriminadas e que não tenham participado do processo".

Fux diz ainda no voto que, como a decisão em análise é provisória e foi dada em caráter de urgência, este impacto pode ser reanalisado em julgamento posterior, quando os ministros forem debater o conteúdo de todo o confronto aberto entre o X e as instituições brasileiras.

Ao votar, Dino afirmou que o X de Elon Musk, ao descumprir a decisão de Moraes, "parece considerar-se acima do império da lei". "Esta seletividade arbitrária amplia a reprovabilidade da conduta empresarial, pois a afasta da esfera do empreendedorismo e a coloca no plano da pura politicagem e demagogia", disse o ministro.

Starlink pode perder aval para oferecer internet no País

A Starlink pode perder a autorização para prestar serviço no Brasil e os 224,5 mil clientes da empresa no País podem ficar sem o serviço da empresa de Elon Musk.

Foi o que disse o presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Carlos Baigorri, caso se confirme que a empresa está descumprindo a ordem do ministro Alexandre de Moraes, do STF, de derrubada do acesso ao X.

"As sanções possíveis são aquelas previstas na lei geral de telecomunicações, começando na advertência, sanção de multa e aí, depois, a cassação da outorga. Perdendo a outorga, (a Starlink) perde autorização de prestar os serviços de telecomunicações no Brasil", disse.

Caso a Starlink não demonstre que não integra grupo econômico, garantido seu contraditório, e descumpra reiteradamente decisões da Justiça Brasileira, poderá também ter sua operação suspensa, destacou Leandro Batista da Silva, presidente da Comissão de Tecnologia da Informação da OAB-ES.

O professor livre-docente da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) Álvaro Machado Dias destacou que é grande o risco do serviço da Starlink deixar de funcionar, o que prejudicaria muitos usuários em regiões rurais pelo País e na região Amazônica, incluindo escolas, postos de saúde e até o Exército, por exemplo. Segundo ele, a situação cria uma grande insegurança jurídica.

Ontem, a Starlink voltou a pedir o desbloqueio de suas contas bancárias no Brasil. A empresa teve o primeiro recurso negado pelo ministro Cristiano Zanin, na sexta-feira, e formalizou um novo pedido para que ele reconsidere a decisão.

OS NÚMEROS

224.500

clientes no Brasil tem a Starlink

ENTENDA

Muita por uso de VPN

O MINISTRO Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), ao suspender a rede social X, estipulou uma sanção de R\$ 50 mil ao dia para aqueles que burlarem o bloqueio, a partir do uso de

VPN.

A SIGLA VPN significa Virtual Private NetWork, ou Rede Privada Virtual,

em tradução literal. Ela permite uma conexão segura do usuário em redes públicas e é muito conhecida como uma forma de burlar proibições de um país ou determinados filtros **impostos**.

INICIALMENTE, Moraes havia determinado ainda que os aplicativos que fornecem VPN fossem removidos do

Google e da Apple, mas voltou atrás. A multa, contudo, foi mantida.

Pedido de revisão da OAB

A MEDIDA de multar teve repercussão na sociedade civil e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) protocolou uma petição solicitando revisão.

SEGUNDO NOTA divulgada pela OAB, a aplicação de multa ou de qualquer sanção só pode ocorrer após assegurados o contraditório e a ampla defesa, e jamais de forma prévia e resumida.

ENTRE OS PRINCIPAIS argumentos apresentados na petição, segundo a OAB do Distrito Federal, está o de que a multa de R\$ 50 mil pode ser excessiva, dependendo das circunstâncias de cada usuário e de sua capacidade econômica para arcar com a punição. Além disso, não atinge diretamente a parte investigada, ou seja, a própria plataforma X e seus administradores.

Suspensão do X

A SUSPENSÃO DO X tem validade até que todas as ordens judiciais dadas por Moraes sejam cumpridas e as multas aplicadas à rede sejam pagas.

ALÉM DA FALTA de indicação de um representante no País, são levadas em consideração pelo ministro decisões ignoradas sobre perfis de investigados por tentativa de golpe de Estado após as eleições de 2022.

MORAES já havia aberto outra frente de atuação e determinado o bloqueio de contas da Starlink, empresa que oferece serviço de internet por satélite criada por Musk, um de seus acionistas. O objetivo, segundo o magistrado, era garantir o pagamento de multas impostas ao X.

ELON MUSK tem criticado Alexandre de Moraes por decisões do ministro

Fonte: STF. OAB. Agencia O Globo e Folha press.

Secretário do Planejamento diz que desvinculações "virão no tempo certo"

ALVARO GRIBEL BIANCA LIMA BRASÍLIA

O secretário executivo do Ministério do Planejamento e Orçamento, Gustavo Guimarães, afirmou ontem que há alternativas em estudo para a desvinculação de despesas públicas, mas que elas não entraram na Proposta de Lei Orçamentária Anual de 2025 para não "interditar o debate".

As despesas vinculadas têm pressionado o Orçamento, pois crescem acima do limite de gastos no arcabouço fiscal.

Parte dos benefícios previdenciários - que vão bater a marca de R\$ 1 trilhão em 2025 -, por exemplo, é atrelada ao aumento do salário mínimo, assim como o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Já os pisos de Saúde e Educação crescem conforme a arrecadação do governo.

"A gente não vai antecipar ou anunciar quais vão ser as medidas, porque corre o risco de interditar o debate. A gente sabe que, pelo lado da despesa, o debate é ainda mais acalorado, porque há uma visão de que pode estar tirando ou reduzindo", disse o secretário.

Segundo ele, o Orçamento enviado pelo governo expôs o desafio que há sobre esse assunto.

Ele citou, por exemplo, os gastos com precatórios (dívidas judiciais da União), que vão passar de R\$ 100 bilhões, enquanto para os investimentos do PAC a previsão de gastos ficou em torno de R\$ 60 bilhões.

"A gente precisa avançar nessa (agenda) da integração e modernização das vinculações.

Quais são as políticas? Isso vai ser apresentado no tempo certo, até para não interditar esse debate. Mas vão vir, está no Orçamento que está exposto o desafio que temos pela frente." Guimarães questionou as críticas de que o Orçamento utiliza bases otimistas para o crescimento e a **inflação**, em comparação com os números projetados pelo mercado financeiro.

Segundo ele, o governo precisa ter como referência os números do último relatório bimestral de receitas e despesas, enquanto economistas de bancos e consultorias têm mais liberdade para alterar os seus

modelos, de acordo com os números do Boletim Focus (do Banco Central), por exemplo.

Ele entende que o Orçamento de 2025 tem um avanço ao propor uma agenda de cortes obrigatórios de R\$ 25,9 bilhões - que, segundo ele, é apenas o ponto de partida.

"Um agente de mercado pode simplesmente pegar o Focus hoje e atualizar todos os números.

Em uma peça do Orçamento, isso não cabe. Essas divergências que se viam no Orçamento, acredito que estão menores no PLOA 2025. Um exemplo são as críticas que falam que revisão de gastos poderia ser maior. Como a gente colocou, os R\$ 26 bilhões é o mínimo que vai ser feito", disse.

DESINDEXAÇÃO. Não há consenso dentro do governo sobre a desindexação de despesas.

Uma alternativa seria desvincular parte dos benefícios previdenciários e assistenciais do reajuste do salário mínimo. Em maio, a ministra do Planejamento, Simone Tebet, disse que entregaria ao presidente Lula uma proposta sobre o tema. Na ocasião, ela afirmou que não iria "desvalorizar" as políticas do governo, mas que era preciso encontrar uma saída para garantir todos os pagamentos da União.

Um dia depois, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que não via "muito espaço" para a discussão.

Na ocasião, Haddad disse que "a Previdência tem um custo e nós temos de buscar as fontes de financiamento para honrar os compromissos assumidos pelo País, o Congresso Nacional, o Executivo e assim por diante".

Isenção de Imposto de Renda vai deixar de alcançar dois mínimos

O projeto de Orçamento de 2025 não prevê a atualização da correção da tabela do Imposto de Renda de acordo com o novo salário mínimo previsto. Sem isso, na prática, a isenção ficará abaixo de dois salários mínimos.

Neste ano, o governo elevou a isenção de IR para dois

salários mínimos, o equivalente a R\$ 2.824. Como o novo Orçamento aumentou o valor do mínimo de R\$ 1.412 para R\$ 1.509, o governo precisava subir a isenção, portanto, para R\$ 3.018 - o que não ocorreu no projeto apresentado ao Congresso.

Desde maio, quando foi sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a alíquota de IR é zero para rendimentos de até R\$ 2.259.

Mas, na prática, o valor sobe para R\$ 2.824 porque há um desconto simplificado de 25% sobre o valor do limite da isenção - o que corresponde a um extra de R\$ 564,80. Com isso, a isenção alcança a soma de dois salários mínimos.

Segundo o secretário da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, o governo ainda precisa fazer o cálculo de impacto da correção, para, só então, fazer a atualização.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

PAC sente efeito de ajuste fiscal e aposta em setor privado

Lu Aiko Otta De Brasília

Vitrine dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) completou um ano no dia 11 de agosto num ambiente em que a situação das contas públicas impede a expansão dos investimentos com recursos orçamentários. Assim, o programa apresenta melhores perspectivas em sua vertente privada, avaliam especialistas.

Até o dia 23 passado, o governo federal havia empenhado (reservado para algum pagamento específico) R\$ 37,2 bilhões, ou 68% do total de gastos autorizados. Os valores liquidados, que refletem a entrega de obras e serviços, somavam R\$ 13,2 bilhões (24,3%), segundo dados levantados pelo Valor no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop). A parcela do PAC

financiada com recursos do Orçamento representa 24% do total. Alguns ministérios conseguiram empenhar parcelas grandes de suas verbas. O de Transportes, por exemplo, dispõe de R\$ 14,4 bilhões e empenhou R\$ 11,7 bilhões. Na Defesa, dos R\$ 5,5 bilhões disponíveis, R\$ 4,8 bilhões já estão comprometidos com algum contrato. A pasta de Desenvolvimento Social e Combate à Fome já empenhou praticamente toda a verba disponível para o PAC, R\$420 milhões.

Por outro lado, a execução é baixa em pastas como a de Ciência, Tecnologia e Inovação, que dispõe de R\$ 2,9 bilhões e empenhou R\$ 300,5 milhões até agora.

De acordo com a Casa Civil, o desempenho se explica "pelo grande porte e complexidade dos empreendimentos" a cargo do ministério, alguns em fase inicial de implantação, como é o caso do laboratório de máxima contenção biológica NB4 - Orion, em Campinas (SP).

Para o último trimestre de 2024, está previsto o empenho de R\$ 1 bilhão destinado aos empreendimentos Reator Multipropósito Brasileiro, Laboratório Orion (NB4) e Infovias executadas pela Rede Nacional de Pesquisa (RNP), acrescentou a Casa Civil.

O Ministério das Comunicações dispõe de R\$ 116,2

milhões, mas até o dia 23 de agosto o empenho era zero. De acordo com a Casa Civil, a maior parte das verbas da pasta destinada ao PAC vem de fora do Orçamento da União. "Cita-se como exemplo os recursos privados para a expansão do 4G e implantação do 5G pelas empresas de telecomunicações vencedoras do leilão do 5G (R\$ 13,5 bilhões) e para construção das infovias no Norte Conectado (R\$ 1,5 bilhão), projetos em plena execução física."

Segundo os dados do Siop, o Ministério da Educação dispõe de R\$ 4,4 bilhões para investir no PAC e até o dia 23 de agosto havia empenhado R\$ 2,7 bilhões.

A Casa Civil disse que decreto de programação financeira editado em fevereiro deste ano autoriza a pasta a empenhar até R\$ 2,9 bilhões até o dia 30 de setembro. "O valor empenhado até 31 de julho de 2024 era de R\$ 2,43 bilhões, correspondente a 83% do limite, o que representa uma execução orçamentária acima do esperado para esse período."

Caso semelhante ocorre com o Ministério da Saúde. A pasta dispõe de R\$ 7,9 bilhões no Orçamento e havia empenhado R\$ 3,1 bilhões até 23 de agosto. Também nesse caso, o decreto de programação financeira de fevereiro estabeleceu limite de R\$ 4 bilhões até o dia 30 de setembro. "O valor empenhado até 31 de julho de 2024 era de R\$ 2,85 bilhões, correspondente a 72% do limite, o que representa uma execução orçamentária bastante satisfatória", avaliou.

Os números mostram um desempenho nem excepcional nem ruim, comentou Roberto Figueiredo Guimarães, diretor de Planejamento e Economia da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib) e ex-secretário do Tesouro Nacional.

Ele acrescentou que, além dos investimentos do PAC autorizados no Orçamento em 2024, também estão sendo injetados na economia pagamentos de obras contratadas em anos anteriores -os chamados "restos a pagar". No caso dos Transportes, aos R\$ 4,6 bilhões liquidados até agora, devem-se somar R\$ 4,2 bilhões de anos anteriores que estão sendo pagos. "Quase dobra", comentou. Assim, o desempenho dos investimentos em infraestrutura é melhor do que aparentam os números colhidos pelo Valor.

Além disso, acrescentou Guimarães, existe a parcela do PAC que não depende de recursos do Orçamento - caso das concessões e Parcerias Público-Privadas (PPPs). Levantamento da Abdib aponta que os investimentos realizados pelas concessionárias no primeiro semestre deste ano ficaram 12% acima do observado em igual período em 2023. A grande quantidade de contratos assinados este ano trará reflexos positivos em 2025 e 2026. "Não tenho a menor dúvida de que vai aumentar."

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187974?page=1§ion=1>

Além da parte orçamentária, o PAC contempla investimentos das empresas estatais, com R\$ 343 bilhões, além de financiamentos estimados em R\$ 362 bilhões e recursos privados, da ordem de R\$ 671 bilhões, informou a Casa Civil.

"A salvação que existe para o PAC é a parcela fora do Orçamento", disse o professor Marcos Mendes, do Insuper. A parte que depende de recursos públicos sofre com o cenário fiscal. Dado o crescimento forte das despesas obrigatórias, como aquelas atreladas ao salário mínimo e os pisos de despesas com saúde e educação, restou pouco para cortar. "O PAC virou a única válvula de escape para se fazer algum ajuste fiscal", avaliou.

Um sintoma da falta de espaço para ampliar investimentos é a busca por recursos extraorçamentários, comentou. Por exemplo, a expansão do vale-gás anunciada na semana passada.

O problema fiscal coloca o PAC em um dilema, segundo o economista Cláudio Frischtak, da consultoria Inter.B. A falta de credibilidade do mercado em relação às contas públicas, acaba pressionando os juros e encarecendo os investimentos. Ao mesmo tempo, a fragilização a política fiscal exacerba a disputa por recursos e dificulta novos aportes no PAC.

Uma forma de trazer mais recursos para o programa seria reforçá-lo com emendas de parlamentares ao orçamento, sugeriu o economista.

O advento do Novo PAC não eleva os investimentos de forma a romper o padrão das últimas duas décadas, notou o especialista. Investimentos públicos, privados e agregados deverão ficar na casa dos 2% do Produto Interno Bruto (**PIB**). O estoque de capital deverá atingir neste ano 35,5% do **PIB** - o desejável seria 65% do **PIB**.

Investimentos poderiam crescer com o prosseguimento da agenda que dá mais segurança jurídica à atuação do setor privado, avaliou Frischtak. Por exemplo, evitando a politização de agências reguladoras.

Confiança cresce entre empresários, indica FGV

Alessandra Saraiva Do Rio

O índice de Confiança Empresarial (ICE) da Fundação Getulio Vargas (FGV) subiu 0,3 ponto em agosto, para 97,9 pontos, informou ontem a fundação. O aumento levou o indicador ao maior patamar desde setembro de 2022 (98,8 pontos), detalhou Aloísio Campeio Jr., superintendente de Estatísticas do Instituto Brasileiro de Economia da FGV (FGV/Ibre).

O atual ambiente favorável na macroeconomia impulsionou o indicador, reconheceu ele. O especialista não descartou possibilidade de o índice voltar à faixa dos 100 pontos (quadrante favorável, considerada zona de otimismo) ainda neste ano. A última vez que o ICE ficou acima de 100 pontos foi em agosto de 2021 (100,5 pontos na ocasião), acrescentou.

Ao detalhar o resultado da confiança empresarial em agosto, o especialista notou que o mês passado contou com bons indicadores macroeconômicos. Desemprego em baixa, pessoal ocupado recorde no mercado de trabalho e **inflação** controlada foram anunciados, no período. Isso é bom contexto para aquecer demanda nos quatro segmentos usados para cálculo do ICE, reconheceu.

O economista pontuou que, embora a confiança na indústria tenha ficado estável, em agosto, ela não caiu. E a da construção subiu 0,2 ponto no mês passado. Houve, também, expansão de 0,4 ponto na confiança de serviços - que representa quase 70% da economia brasileira, recordou.

O tom dissonante nas quatro áreas componentes do ICE foi comércio, admitiu ele, que mostrou queda de 1,8 ponto em agosto. "O comércio foi um caso à parte, houve temporariamente um descolamento [dos outros]. Parece que tem a ver com a situação geral do setor, já que os juros pararam de cair [taxa básica de juros, a Selic]" disse. A Selic norteia juros de mercado, como os lidados em transações no varejo, lembrou.

Mas, caso a confiança no comércio volte a subir - o que não é impossível, disse -, isso na prática poderia ajudar a impulsionar o ICE como um todo. Isso ajudaria o indicador a voltar aos 100 pontos, disse. "Atingir 100 pontos é possibilidade, caso comércio reverta essa preocupação [a queda na confiança]",

disse.

Das quatro áreas componentes do indicador, três estão também com pontuação ou próxima, ou acima, de 100 pontos, lembrou. Em agosto, a indústria atingiu 101,7 pontos; a de serviços, 94,6 pontos; e a de construção, 97,5 pontos. Já a de comércio ficou com 89,1 pontos.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187974?page=1§ion=1>

Concursos federais vão ter 53.599 vagas

BRASÍLIA

O governo federal reservou R\$ 2 bilhões do Orçamento de 2025 para abertura de novos concursos. A informação foi dada na apresentação do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) do ano que vem.

Além disso, o Orçamento autoriza a contratação de 53.599 pessoas para o Poder Executivo - dos quais 46.882 são para banco de professores do Ministério da Educação. Assim, sobram 6.717 vagas para demais vagas, incluindo militares efetivos.

Segundo o secretário de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento e Orçamento, Clayton Luiz Montes, o montante já está reservado, mas ainda não está definido exatamente quais concursos e cargos serão ofertados no ano que vem.

"Assim como a ministra Esther (Dweck) adiantou, existe sim a previsão de novos concursos para 2025, tem previsão para isso no Orçamento. Não temos agora a abertura de quais concursos, para quem, mas existe a dotação orçamentária reservada para tais concursos. O MGI distribuiu uma nota para vocês, que diz que reserva em torno de R\$ 2 bilhões para abertura de novos concursos", disse Montes.

Ele completou: "No que se refere ao número de vagas para concursos, teríamos que consultar o MGI."

Neste ano, pela primeira vez o governo federal realizou o Concurso Nacional Unificado (CNU), um concurso único para cargos em diferentes órgãos da administração pública. São, ao todo, mais de 6 mil vagas em 21 ministérios, agências e autarquias.

A ministra da Gestão e Inovação, Esther Dweck, que comanda a pasta responsável pela aplicação do CNU, já manifestou a vontade de realizar um novo certame no ano que vem.

Ao programa "Bom dia, Ministro", do Canal Gov, a ministra disse que a decisão será tomada após o governo fazer um balanço do CNU deste ano.

"A gente tem muita vontade de realizar um novo [...] a nossa ideia seria no ano que vem, mas a gente ainda não tem essa decisão. Vamos fazer o balanço e, no segundo semestre, tomar essa decisão para até o início do ano que vem, se tiver um novo a gente anunciar e publicar o edital" declarou Esther Dweck.

ESTHER DWECK já manifestou a vontade de realizar no ano que vem um novo CNU. o Enem dos Concursos

Preocupação com equilíbrio

Os aumentos previstos no Orçamento de 2025 com gastos previdenciários e benefícios sociais criou preocupação entre economistas e setores do Congresso em relação ao equilíbrio fiscal das contas públicas. O teto de despesas total para o ano que vem subiu RS 143,9 bilhões em relação a 2024.

Esse crescimento obedece o limite estipulado pelo arcabouço fiscal. Desse total, alguns dos principais gastos são:

Benefícios previdenciários: RS 71,1 bilhões a mais que em 2024; gastos com pessoal e encargos sociais: RS 36,5 bilhões a mais que em 2024; benefícios de prestação continuada (BPC): RS 6,6 bilhões a mais que em 2024; e abono e seguro desemprego: RS 6,5 bilhões a mais que em 2024.

Esses gastos são obrigatórios, ou seja, o governo não tem opção de não fazer os pagamentos. E muitos deles são corrigidos de acordo com o salário mínimo, que subiu acima da **inflação** no último ano. Isso leva a um gasto público acima do ritmo da economia.

O governo já vem identificando o impacto dos gastos previdenciários e benefícios sociais no Orçamento, inclusive de 2024.

Em julho, foi anunciado um congelamento de R\$ 15 bilhões nos gastos deste ano, justamente porque as despesas nessas áreas subiram além do esperado.

O ministro Fernando Haddad, da Fazenda, afirmou, em julho, ser favorável a rever a regra que vincula esses gastos ao crescimento do salário mínimo.

Isso porque, segundo o ministro, se as despesas obrigatórias crescem acima da **inflação**, vão limitar demais as despesas discricionárias (aquelas que representam os investimentos do governo).

"Algumas pessoas têm dito que se as regras atuais de vinculação [ao salário mínimo] não forem alteradas, mesmo que se considere o teto de 2,5% do **PIB**, essas despesas vão acabar comprimindo as despesas discricionárias em função da obrigatoriedade dessas

despesas. Esse é um debate legítimo, que está sendo feito também pelo governo federal", afirmou Haddad.

HADDAD: vinculação ao mínimo

Mercado eleva projeção do PIB e da inflação do ano de novo

O mercado financeiro elevou o crescimento da economia brasileira neste ano de 2,43% para 2,46%. A estimativa está no Boletim Focus de ontem, pesquisa divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC) com a projeção para os principais indicadores econômicos.

Para 2025, a expectativa para o Produto Interno Bruto (**PIB** - a soma dos bens e serviços produzidos no país) é crescimento de 1,85%. Para 2026 e 2027, o mercado financeiro também projeta expansão do **PIB** em 2%, para os dois anos.

Nesta edição do Focus, a previsão para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - considerada a **inflação** oficial do país - em 2024 subiu de 4,25% para 4,26%. Para 2025, a projeção da **inflação** ficou em 3,92%. Para 2026 e 2027, as previsões são de 3,6% e 3,5%, respectivamente.

A estimativa para 2024 está acima da meta de **inflação**, mas ainda dentro de tolerância, que deve ser perseguida pelo BC. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é 3% para este ano, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior 4,5%. (ABr)

Site: <https://www.bemparana.com.br/edicao-imprensa/edicao-02-09-2024/>

Governo projeta salário mínimo de R\$1.509 para 2025

PEÇA Apresentado ao Congresso na última sexta-feira (30), o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para 2025 foi detalhado ontem por técnicos da equipe do Ministério da Fazenda. O texto traz uma estimativa de receita de R\$ 5,8 trilhões, além de um resultado primário neutro, ou seja, receitas e despesas se equivalerão, excluídas as despesas financeiras, como os gastos com refinanciamento e o pagamento de juros da dívida pública. A proposta orçamentária ainda estima uma **inflação** medida pelo IPCA em 3,3 "A, 0 dólar a R\$ 5,19 e crescimento do produto interno bruto de 2,6%. O governo também projeto um salário mínimo de R\$ 1.509.

A peça não apresenta correção da tabela do Imposto de Renda para garantir isenção para quem ganha até R\$ 5 mil por mês, uma promessa de campanha do presidente Lula. "Não está previsto (correção da tabela do IR) no Orçamento. Mantendo a faixa de isenção de dois salários mínimos, será preciso medida compensatória para isso", disse o secretário da **Receita Federal**, Robison Barreirinhas, em entrevista.

Outra promessa que mais uma vez dificilmente será cumprida é a do déficit zero. Para o diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente do Senado, Marcus Pestana, algumas receitas dependem de aprovação do Legislativo, como a elevação de **tributos**. Ele ainda afirmou que não há certeza de arrecadação extra estimada pelo governo em relação aos processos em análise no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** e às transações relacionadas à cobrança de **tributos**. Já pelo lado da despesa, Marcus Pestana lembrou que a partir de 2025 a União vai desembolsar recursos para os fundos compensatórios criados pela **reforma tributária**, para bancar os benefícios fiscais concedidos às empresas pelos estados, dentro da chamada guerra fiscal. "Como se vê, não é fácil a tarefa do equilíbrio fiscal em 2025".

OUTROS DESTAQUES DO PROJETO DE ORÇAMENTO

O projeto reservou R\$ 38,9 bilhões para emendas para -mentares impositivas, 3,46% a mais que o proposto pelo no Orçamento de 2024

Governo estima perder R\$ 55 bi com desoneração e aposta em JCP, CSLL e taxaçaõ de big techs para

compensar

Os gastos com a **Previdência Social** vai crescer R\$71,1 bi, puxando assim a alta de despesas obrigatórias no ano

Site:

<https://impresso.correio24horas.com.br/html5/reader/production/default.aspx?pubname=&pubid=11ae599c-2d02-4148-a861-8c13df1a8642>

Mercado financeiro eleva para 2,46% projeção de expansão da economia em 2024

BOLETIM FOCUS A previsão do mercado financeiro para o crescimento da economia brasileira neste ano subiu de 2,43% para 2,46%. A estimativa está no Boletim Focus desta segunda-feira (2), pesquisa divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC) com a projeção para os principais indicadores econômicos. Para 2025, a expectativa para o Produto Interno Bruto (**PIB** - a soma dos bens e serviços produzidos no país) é crescimento de 1,85%.

A previsão de cotação do dólar está em R\$ 5,33 para o fim deste ano. No fim de 2025, a previsão é que a moeda norte-americana fique em R\$ 5,30.

Nesta edição do Focus, a previsão para o índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - considerada a **inflação** oficial do país - em 2024 subiu de 4,257o para 4,26%. Para 2025, a projeção da **inflação** ficou em 3,927o. A estimativa para 2024 está acima da meta de **inflação**, mas ainda dentro de tolerância. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é 370 para este ano, com tolerância até 4,57°.

Site:

<https://impresso.correio24horas.com.br/html5/reader/production/default.aspx?pubname=&pubid=11ae599c-2d02-4148-a861-8c13df1a8642>

Galípolo pode ir à CAE no dia 10

Brasília - O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, afirmou ontem que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) espera realizar, na próxima semana, a sabatina do seu indicado para a presidência do Banco Central, Gabriel Galípolo.

O relator da indicação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) será o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA). O governo, no entanto, afirma que não pretende, com essa antecipação da sabatina, tentar encurtar o mandato do atual presidente do BC, Roberto Campos Neto, alvo de ataques de Lula.

Padilha concedeu entrevista a jornalistas após a reunião de articulação do governo com o presidente Lula, ministros da área política, o titular da Fazenda, Fernando Haddad, e lideranças no Congresso Nacional. Ele estava ao lado do líder no Congresso, Randolfe Rodrigues (PT-AP).

Randolfe disse que o relatório de Jaques Wagner deverá ser lido hoje na CAE do Senado.

A votação na mesma comissão deverá ocorrer no dia 10, seguida da análise pelo plenário daquela Casa Legislativa. No entanto, não há certeza sobre a votação no plenário.

As datas foram confirmadas também por Padilha. O ministro afirmou que surgiu a janela de oportunidade de realizar a sabatina nesse momento, mas que o governo não almeja encurtar em alguns meses o mandato de Campos Neto, previsto para terminar em dezembro. "Relembrando a todos que independente da data da sabatina e votação no plenário, Gabriel Galípolo, aprovado no Senado só, vai tomar posse no final do mandato do atual presidente do Banco Central", afirmou Padilha.

"Não estamos desesperados e nem correndo para isso. Só estamos sinalizando essa data porque foi sinalizada a nós, ao governo, a possibilidade de realizar a sabatina na próxima semana", completou.

Na última quarta-feira (28), Galípolo foi indicado por Lula para assumir a presidência do Banco Central para o mandato entre 2025 e 2028. O anúncio foi feito pelo ministro da Fazenda no Palácio do Planalto.

O atual diretor de Política Monetária do BC vai suceder Roberto Campos Neto, à frente da instituição desde

2019 por indicação do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e cujo mandato termina em 31 de dezembro.

Aos 42 anos, Galípolo foi um dos conselheiros de Lula na campanha presidencial de 2022 e atuou como número dois de Haddad.

Desde que assumiu o posto no BC, manteve canal direto com o chefe do Executivo. Os dois conversam até sobre as contas públicas e a antecipação de riscos fiscais pelo mercado financeiro.

Reviravoltas - Duas reviravoltas marcaram a trajetória do economista Gabriel Galípolo no caminho até a indicação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para o comando do Banco Central.

A primeira foi o convite de Fernando Haddad para a ocupar a vaga de secretário-executivo do Ministério da Fazenda uma espécie de vice-ministro, que não estava nos seus planos.

Cotado para a presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES), Galípolo foi preterido em favor de Aloizio Mercadante e tinha dúvidas se deveria ir para Brasília. Por pouco, quase não aceitou o convite de Haddad.

Rapidamente, porém, se adaptou à linguagem política da capital federal, participou da elaboração do arcabouço fiscal e passou a ser uma das vozes mais ouvidas nas negociações com o Congresso.

Cinco meses após o início do governo, a segunda reviravolta. A indicação para ocupar a diretoria do BC em meio à cruzada de Lula contra o presidente da instituição, Roberto Campos Neto, e à elevada desconfiança do mercado de que seria um "pau mandado" do presidente da República no centro nervoso das decisões sobre juros, o Comitê de Política Monetária (Copom). (Renato Machado, Adriana Fernandes e Nathalia Garcia/Reuters) %

BC inicia a semana com nova intervenção no câmbio

Brasília - O Banco Central (BC) abriu a semana com uma nova intervenção no câmbio e vendeu ontem todos os 14.700 contratos de swap cambial ofertados em leilão extraordinário, o equivalente a US\$ 735 milhões.

No total, foram vendidos 13.000 contratos com vencimento em 5 de março de 2025 e outros 1.700

contratos com vencimento em 1º de agosto de 2025.

Na última sexta-feira (30), foram realizadas duas intervenções.

Na primeira, anunciada na véspera, o BC aceitou uma única oferta e vendeu US\$ 1,5 bilhão no mercado à vista de câmbio.

A intervenção, contudo, não conteve a alta da moeda norte- -americana, com pressão dos dados de **inflação** dos Estados Unidos e cautela dos investidores diante dos riscos fiscais do país, em dia de envio do Projeto de Lei Orçamentária (Ploa) de 2025 ao Congresso Nacional.

Na segunda atuação, anunciada pouco tempo antes do leilão, foram vendidos 15.300 contratos de swap - o equivalente a US\$ 765 milhões de um total de 30.000 ofertados (US\$ 1,5 bilhão).

A compra de contrato de swap pela autoridade monetária funciona como injeção de dólares no mercado futuro, e quem compra está protegido em caso de desvalorização do real. É um instrumento usado pelo Banco Central para evitar disfunção no mercado de câmbio, assegurando que haja oferta para atender a um aumento de procura pela moeda estrangeira.

O leilão de swap cambial é uma forma de a autoridade monetária dar saída aos investidores, como se abrisse uma porta alternativa em uma festa lotada, exemplificam economistas.

Já ao atuar no mercado à vista, a autoridade monetária vende reservas internacionais, sem compromisso de recompra, e o dinheiro é injetado no mercado. Essa foi uma alternativa mais recorrente no governo de Fernando Henrique Cardoso, durante o câmbio fixo. (Nathalia Garcia/Folhapress) %

Site: <https://publisher.diariodocomercio.com.br/central-do-leitor/digital/>

Governo prevê salário mínimo de R\$ 1.509 em 2025, com aumento de 6,87% em relação ao atual

proposta orçamentária para 2025 (PLN 26/24) foi entregue pelo governo ao Congresso Nacional e prevê um salário mínimo de R\$ 1.509, um aumento de 6,87% em relação ao atual, de R\$ 1.412. O projeto prevê despesas de 2,93 trilhões com meta de déficit fiscal zero, mesma meta deste ano.

O valor do salário mínimo é uma projeção porque ainda depende da variação anual do INPC até novembro acrescido do crescimento do **PIB** em 2023, que foi de 2,91%.

O orçamento total previsto para o ano que vem é de R\$ 5,87 trilhões, dos quais R\$ 2,77 trilhões são despesas com a rolagem da dívida pública. O projeto prevê aumento real de receitas de 5,78%, mas limita o crescimento real das despesas em 2,50%. Para calcular o limite de despesas, conforme o novo arcabouço fiscal, foi considerada uma variação anualizada do IPCA de 4,23% até junho.

Como cenário econômico para 2025, foi considerado um crescimento econômico de 2,64% e **inflação** de 3,3%. Para a taxa de juros básica, o governo considera uma queda do atual patamar de 10,50% ao ano para 9,61%. Para o dólar, a estimativa é R\$ 5,19 como média anual.

O projeto do Orçamento de 2025 vai ser analisado pela Comissão Mista de Orçamento. Em seguida, será votado no Plenário do Congresso Nacional.

Grandes despesas:

- Ministério da Saúde: R\$ 241,6 bilhões
- Ministério da Educação: R\$ 200,5 bilhões
- Piso de investimento: R\$ 74,3 bilhões
- Novo PAC: R\$ 60,9 bilhões
- Despesas obrigatórias: R\$ 2,71 trilhões
- Benefícios da Previdência: R\$ 1,01 trilhão
- Pessoal e encargos: R\$ 416,2 bilhões

- Bolsa Família: R\$ 167,2 bilhões
- Transferências por Repartição de Receita: R\$ 558,7 bilhões
- Despesas discricionárias: R\$ 229,9 bilhões
- Reserva para emendas parlamentares impositivas: R\$ 38,9 bilhões

Mercado eleva a estimativa de aumento do PIB nacional em 2024

Brasília - A previsão do mercado financeiro para o crescimento da economia brasileira neste ano subiu de 2,43% para 2,46%. A estimativa está no Boletim Focus de ontem, pesquisa divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC) com a projeção para os principais indicadores econômicos.

Para 2025, a expectativa para o Produto Interno Bruto (**PIB**) nacional é de crescimento de 1,85%. Para 2026 e 2027, o mercado financeiro também projeta expansão do **PIB** em 2%, para os dois anos.

Em 2023, superando as projeções, a economia brasileira cresceu 2,9%, com um valor total de R\$ 10,9 trilhões, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 2022, a taxa de crescimento havia sido 3%.

A previsão de cotação do dólar está em R\$ 5,33 para o fim deste ano. No fim de 2025, a previsão é que a moeda norte-americana fique em R\$ 5,30.

Nesta edição do Focus, a previsão para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA), considerada a **inflação** oficial do País, em 2024 subiu de 4,25% para 4,26%.

Para 2025, a projeção da **inflação** ficou em 3,92%. Para 2026 e 2027, as previsões são de 3,6% e 3,5%, respectivamente.

A estimativa para 2024 está acima da meta de **inflação**, mas ainda dentro de tolerância, que deve ser perseguida pelo BC. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é 3% para este ano, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior 4,5%.

A partir de 2025, entrará em vigor o sistema de meta contínua, assim, o CMN não precisa mais definir uma meta de **inflação** a cada ano. O colegiado fixou o centro da meta contínua em 3%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

Em julho, puxado principalmente pelo preço da gasolina, passagens de avião e energia elétrica, a **inflação** do País foi 0,38%, após ter registrado 0,21% em junho. De acordo com o IBGE, em 12 meses, o

IPCA acumula 4,5%, no limite superior da meta de **inflação**.

Taxa de juros - Para alcançar a meta de **inflação**, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros, a Selic, definida em 10,5% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom). Diante de um ambiente externo adverso e do aumento das incertezas econômicas, na última reunião no fim de julho, o BC decidiu pela manutenção da Selic, pela segunda vez seguida, após um ciclo de sete reduções que foi de agosto de 2023 a maio de 2024.

De março de 2021 a agosto de 2022, o Copom elevou a Selic por 12 vezes consecutivas, em um ciclo de aperto monetário que começou em meio à alta no preço de alimentos, energia e combustíveis. Por um ano, de agosto de 2022 a agosto de 2023, a taxa foi mantida em 13,75% ao ano, por sete reuniões seguidas.

Com o controle dos preços, o BC passou a realizar os cortes na Selic.

Antes do início do ciclo de alta, em março de 2021, a Selic tinha sido reduzida para 2% ao ano, no nível mais baixo da série histórica iniciada em 1986. Por causa da contração econômica gerada pela pandemia da Covid-19, o Banco Central tinha derrubado a taxa para estimular a produção e o consumo. O índice ficou no menor patamar da história de agosto de 2020 a março de 2021. A próxima reunião do Copom está marcada para 17 e 18 de setembro.

Para o mercado financeiro, a Selic deve encerrar 2024 no patamar que está hoje, em 10,5% ao ano. Para o fim de 2025, a estimativa é que a taxa básica caia para 10% ao ano. Para 2026 e 2027, a previsão é que ela seja reduzida, novamente, para 9,5% ao ano e 9% ao ano, respectivamente.

(ABr) %

Site: <https://publisher.diariodocomercio.com.br/central-do-leitor/digital/>

Fundos imobiliários obtêm bons resultados no mercado

São Paulo - A valorização de shopping centers, galpões logísticos e escritórios tem impulsionado o mercado de fundos de investimentos imobiliários (FIIs) no Brasil. Fundos de papel, que aplicam o patrimônio dos cotistas em instrumentos financeiros do setor imobiliário, também têm apresentado bons resultados, afirmam analistas.

Por outro lado, a perspectiva de cortes de juros pelo Fed (Federal Reserve), banco central norte-americano, não serem acompanhados pelo Banco Central é vista com preocupação.

Recomendados por analistas para diversificar a carteira, os fundos são mais indicados para perfis arrojados, afirma Jayme Carvalho, economista-chefe da plataforma de planejamento financeiro SuperRico.

Carolina Borges, analista de FIIs da EQI Research, recomenda a aplicação de uma fatia nesse tipo de investimento, mas adverte que perfis mais cautelosos podem não se sentir confortáveis.

Dentre os principais riscos que podem afetar os resultados estão inadimplência de inquilinos, desocupação dos imóveis e possíveis custos para mantê-los.

Os fundos imobiliários são compostos por investimentos no setor, sem a necessidade de comprar os imóveis fisicamente. As cotas são negociadas em bolsa de valores da mesma forma que ações - na B3, estão listados 476 FIIs.

O investidor se torna um dos "donos" de um conjunto de propriedades, administradas por um gestor. Os lucros gerados pela exploração desses imóveis são divididos entre os cotistas, de acordo com a participação de cada um.

Os FIIs têm isenção do Imposto de Renda (IR), desde que o cotista tenha menos de 10% do fundo. É possível investir a partir de valores baixos, como R\$ 10, mas grande parte das cotas são negociadas a partir de R\$ 100.

Entre os 'fundos de tijolo', voltados para empreendimentos físicos, têm apresentado bons resultados em 2024 os que investem em escritórios, galpões logísticos e shopping centers, segundo Daniel

Marinelli, especialista em fundos imobiliários do banco BTG Pactual.

Para Marinelli, devido ao retorno dos trabalhadores ao regime presencial, os escritórios têm tido maior nível de ocupação.

Galpões logísticos também estão com bom desempenho, atingindo 9,3% de taxa de vacância, de acordo com dados do BTG.

Carolina Borges destaca o BTLG11, fundo gerido pelo BTG Pactual, que tem como inquilinos empresas como Assaí, Amazon e Ambev.

"Recentemente, o fundo anunciou a aquisição de mais 11 imóveis logísticos, com remuneração superior à média do portfólio. O movimento foi bem recebido pelo mercado", diz.

Os investimentos em shoppings foram beneficiados pelo aumento de vendas no primeiro trimestre, diz Marinelli. Segundo o Índice de Performance do Varejo (IPV), em março de 2024 houve crescimento de 11% no faturamento do setor em comparação com o mesmo período no ano anterior.

Nos fundos de shopping do Índice de Fundos de Investimentos Imobiliários (Ifix) da B3, o FII XPML11, gerido pela XP Investimentos, teve rendimento de 2% entre janeiro e agosto deste ano, segundo dados da plataforma Economática.

Nos últimos 12 meses, o número sobe para 12,9%.

O fundo participa de 24 empreendimentos em nove estados, como Shopping Cidade São Paulo, Tietê Plaza Shopping, Plaza Sul Shopping, Shopping Metropolitano Barra.

Carolina Borges também destaca os fundos de galpões. Com o aquecimento desses setores, afirma, o investidor se beneficia.

Os fundos de papel atrelados ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI) ou à **inflação** também são indicados pelos analistas.

"São os melhores posicionados hoje. Os fundos de papel estão rendendo uma média de 6% no

acumulado do ano", diz Carolina.

Impacto da Selic - Daniel Marinelli, do BTG Pactual, afirma que a atual taxa de juros dificulta a emissão de novas cotas e a chegada de investidores. "Quando analisamos os dados de julho, com a expectativa de juros elevados, notamos 13% a menos de ofertas", destaca.

Este cenário tem impacto sobre o investidor, afirma Carolina. "O investidor acaba olhando bastante para a taxa Selic, que é de curto prazo, e historicamente, o setor se torna mais competitivo com os juros caindo no Brasil", explica. (Matheus dos Santos/Folhapress) %

Site: <https://publisher.diariodocomercio.com.br/central-do-leitor/digital/>